

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

2013/2014



TII

**FORÇA AÉREA DE MOÇAMBIQUE. PASSADO, PRESENTE E REFLEXÃO
PROSPETIVA DO FUTURO.**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO REALIZADO DURANTE A FRE-
QUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU
AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS
ARMADAS DE DEFESA DE MOÇAMBIQUE.**



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**FORÇA AÉREA DE MOÇAMBIQUE.
PASSADO, PRESENTE E REFLEXÃO PROSPETIVA
DO FUTURO.**

COR FAM Filipe Mateus Mabote

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2013/20014

Pedrouços 2014



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

FORÇA AÉREA DE MOÇAMBIQUE. PASSADO, PRESENTE E REFLEXÃO PROSPETIVA DO FUTURO.

COR FAM Filipe Mateus Mabote

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2013/2014

Orientador: **COR TIR ART Maurício Simão Tendeiro Raleiras**

Pedrouços 2014



Agradecimentos

O meu profundo agradecimento vai para todos quantos, de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste Trabalho de Investigação Individual e em particular o meu orientador: COR TIR ART Maurício Simão Tendeiro Raleiras, pela disponibilidade e relevante orientação, que muito contribuíram para uma maior clareza e realismo.

À Direção do IESM e, especialmente à Direção do Curso, pelas acolhedoras condições criadas, pelo acompanhamento didático, pela informação e oportuna orientação que permitiram o decurso normal do processo bem como sua sustentação, vão os meus agradecimentos.

Aos meus Camaradas Auditores do Curso de Promoção a Oficial General 2013/2014 que comigo partilharam este caminho, a camaradagem, cordialidade e apoio, ao longo do Curso. Uma justa palavra de reconhecimento ao COR INF Jorge Manuel Barreiro Saramago, pela disponibilidade sempre evidenciada.

Ao Comando da Força Aérea de Moçambique, pela singular oportunidade que me foi concedida de participar neste desafiante Curso de Promoção a Oficial General 2013/2014, cujos ensinamentos vão galvanizar a minha singela contribuição no desenvolvimento da Força Aérea de Moçambique.

À minha família um agradecimento profundo, por estarem sempre presentes apesar de bem longe geograficamente, pelo apoio permanente, pelo estímulo constante e pela reconfortante compreensão que sempre demonstraram ter.

A todos, um bem hajam!



Índice

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 1 |
| 1. Da independência ao fim da guerra civil (1975-1994): a resposta da Força Aérea de Moçambique na construção nacional..... | 6 |
| a. Moçambique na aurora da independência: situação política, económica, social e militar..... | 6 |
| b. Os desenvolvimentos globais, regionais e os seus impactos na realidade Moçambicana..... | 10 |
| c. Síntese conclusiva..... | 13 |
| 2. Dos acordos de paz à atualidade (1994-2013): a resposta da Força Aérea de Moçambique na afirmação nacional..... | 14 |
| a. As necessidades de defesa de Moçambique..... | 14 |
| b. A cooperação técnico-militar na consolidação da Força Aérea de Moçambique..... | 23 |
| (1) Projeto M. C. AEROSTAR..... | 25 |
| (2) Projeto METEC..... | 25 |
| (3) Projeto LICONEX (pty) Ltd..... | 25 |
| (4) Projeto 8 – Cooperação Técnica da Força Aérea Portuguesa com a FAM..... | 25 |
| (5) Projeto 12 – Cooperação Técnica da Força Aérea Portuguesa com a FAM..... | 26 |
| c. Síntese conclusiva..... | 27 |
| 3. O ajustamento da Força Aérea de Moçambique no período 2014-2020: paradigma de desenvolvimento..... | 29 |
| a. Desafios e oportunidades colocados à Força Aérea de Moçambique..... | 29 |
| b. Desenvolvimento de novas capacidades..... | 37 |
| c. Síntese conclusiva..... | 41 |
| Conclusões..... | 43 |
| Bibliografia..... | 46 |



Índice de Apêndices

| | |
|--|--------|
| Apêndice nº 1 – Diagrama de dedução..... | Apd1-1 |
|--|--------|

Índice de Figuras

| | |
|--|----|
| Figura nº 1 – Problematização teórica..... | 2 |
| Figura nº 2 – Percurso metodológico..... | 5 |
| Figura nº 3 – Regiões de África..... | 14 |
| Figura nº 4 – Agrupamento dos países por capacidade e diversificação das exportações | 16 |
| Figura nº 5 – Mapa de Moçambique e dos países vizinhos..... | 17 |
| Figura nº 6 – Taxa de crescimento do PIB de Moçambique e sua distribuição por setores (2000-2010)..... | 19 |
| Figura nº 7 – Organograma da FAM..... | 22 |
| Figura nº 8 – Dispositivo da FAM..... | 23 |
| Figura nº 9 – Dispositivo com novas infraestruturas propostas..... | 40 |

Índice de Tabelas

| | |
|--|---|
| Tabela nº 1 – Objetivo geral e objetivos específicos..... | 3 |
| Tabela nº 2 - Questão central, questões derivadas e hipóteses..... | 4 |



Resumo

A Força Aérea de Moçambique (FAM) tem vinte anos de existência fruto da unificação das forças governamentais da FRELIMO e da resistência nacional moçambicana RENAMO. Ao longo destas duas décadas de vida, pouco, ou quase nada, tem sido feito para levantamento das suas capacidades aéreas, principalmente no que tange aos aspetos relativos a dispositivo, equipamentos e formação.

Esta situação é caracterizada pelo desinvestimento resultante das prioridades que o governo atribuiu a outros setores sociais tais como a educação, saúde, agricultura e meio ambiente, aliado aos escassos recursos materiais e financeiros de que o país dispõe. Com vista a dar a minha contribuição e recomendação para o desenvolvimento da FAM, neste Trabalho de Investigação Individual vou falar do tema “Força Aérea de Moçambique. passado, presente e reflexão prospetiva do futuro”.

O país opta por uma política pacífica dissuasora, resolve os seus problemas políticos internos de forma satisfatória, não se mete em problemas alheios dos vizinhos e não pretende transformar-se numa potência militar regional. Contudo, não põe de lado a necessidade e a indispensável criação e desenvolvimento de uma FAM capaz de garantir a defesa, o controlo e vigilância do espaço aéreo nacional, que possa garantir o transporte de militares e material dentro do país e, quando necessário, fora do território nacional, em apoio às operações de manutenção da paz, no âmbito da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, da União Africana e da Organização das Nações Unidas.

Devemos ter uma FAM com capacidade para realizar ações de busca e salvamento, uma vez que o nosso país é ciclicamente assolado pelas inundações devido aos cursos dos rios que nascem no interior dos países vizinhos e que vão desaguar no Oceano Índico, percorrendo o nosso território, aliado às fracas infraestruturas (barragens), que o país possui. Moçambique precisa de uma Força Aérea com capacidade para efetuar operações de evacuação sanitária, fazer transporte em apoio das populações em caso de catástrofe, calamidade ou acidente e apoiar a atividade de fiscalização marítima.

Para se alcançarem estes objetivos a FAM deve adotar um dispositivo adequado, ser dotada de equipamentos que lhe permitam cumprir a sua missão e aperfeiçoar o modelo de formação de modo a garantir a contínua formação dos seus recursos humanos.



Abstract

The last twenty years of existence of the Air Force of Mozambique (FAM) are the result of the unification of the government forces of FRELIMO and the Mozambican National Resistance, RENAMO. Throughout these two decades of existence little or nothing has been done to survey its air capabilities, especially in regard to matters affecting the territorial display, equipment and trainings.

This situation is characterized by disinvestment resulting from the allocation that the government has been giving to other priorities in social sectors such as education, health, agriculture and environment, coupled with scarce material and financial resources. In order to give my contribution and recommendation to the development of FAM, this Individual Research Work will address to the subject "Air Force Mozambique. Past, Present and Prospective Reflection of the Future."

Given that Mozambique acts by legitimate and appropriate means for its defense and for the defense of national interests of the exclusive economic zone, adjacent seabed and the airspace under national responsibility within or outside its territory as the situation requires, the country opts for a dissuasive peaceful policy, solves its internal political problems satisfactorily, does not involve itself in conjunctions created by problems of his neighbor countries and does not intend to become a regional military power.

However, one cannot be put aside the need of creating and developing a FAM able to secure protection, control and monitoring the national airspace, which can ensure transportation of troops and equipment within the country and , when necessary outside Nationwide , in support of peacekeeping operations under the Community Development Southern Africa , the African Union and the United Nations.

Mozambique should have a suitable Air Force to conduct search and rescue actions, considering the country is cyclically damaged by floods due to the courses of the rivers originating within the neighboring countries which empty into the Indian Ocean crossing the territory, destroying the already weak infrastructure (dams) in existence. There is also the need of a Mozambican Air Force with capacity to provide medical evacuation operations, perform transportation in support of populations in the event of disaster, calamity or accident and support the activity of maritime surveillance.

To achieve these objectives the Mozambique Air Force should adopt a suitable territorial display and be provided with capabilities in equipment and continuous training of its human resources.



Palavras-chave:

Moçambique, Força Aérea de Moçambique, Dispositivo, Equipamentos e Formação.

Keywords:

Mozambique, Mozambique Air Force, Territorial display, Equipment and Training.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

| | |
|------------|---|
| AMMSM | Academia Militar Marechal Samora Machel |
| ANC | Congresso Nacional Africano |
| BM | Banco Mundial |
| CEMFA | Chefe do Estado Maior da Força Aérea |
| CFMTFA | Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea |
| CITA | Curso de Instrução Teórica da Aeronave |
| C2 | Comando e Controlo |
| CNO | Centro Nacional de Operações |
| CTM | Cooperação Técnico-Militar |
| CPLP | Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa |
| DAA | Defesa Antiaérea |
| <i>EIU</i> | <i>Economist Intelligence Unit</i> |
| EMFAR | Estatuto dos Militares das Forças Armadas |
| ENH | Empresa Nacional de Hidrocarbonetos |
| EPA | Escola Prática de Aviação |
| EPS | Escola Prática de Serviços |
| ESFA | Escola de Sargentos das Forças Armadas |
| EUA | Estados Unidos de América |
| FADM | Forças Armadas de Defesa de Moçambique |
| FAM | Força Aérea de Moçambique |
| FAP | Força Aérea Portuguesa |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FRELIMO | Frente de Libertação de Moçambique |
| H | Hipótese |
| ISEDEF | Instituto Superior de Estudos de Defesa |
| MCPEFSA | Manual de Comando do Pessoal da Força Aérea |
| MIFA | Missões das Forças Armadas de Defesa de Moçambique |
| MMA | Mecânico de Material Aeronáutico |
| MME | Mecânico de Material Eletrónico |
| OE | Objetivo Específico |
| OG | Objetivo Geral |
| ONU | Organização das Nações Unidas |



| | |
|--------|---|
| ONUMOZ | Organização das Nações Unidas em Moçambique |
| PALOP | Países de Língua Oficial Portuguesa |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PILAV | Piloto Aviador |
| PQM | Plano de Qualidade da Manutenção |
| QC | Questão Central |
| QD | Questão Derivada |
| QP | Quadro Permanente |
| RENAMO | Resistência Nacional Moçambicana |
| SADC | Comunidade de Desenvolvimento de África Austral |
| TIC | Tecnologias de Informação e de Comunicação |
| TII | Trabalho de Investimento Individual |
| UA | União Africana |
| UE | União Europeia |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |



Introdução

Enunciado do tema e contexto de investigação

O presente Trabalho de Investigação Individual (TII) é subordinado ao tema: *“Força Aérea de Moçambique. Passado, presente e reflexão prospetiva do futuro”*.

Conseguida a paz e a reconciliação interna como elemento indispensável para a reestruturação do País, incumbe à Força Aérea de Moçambique (FAM) adotar as linhas de ação necessárias para devolver a operacionalidade aos atuais equipamentos e escolher os parceiros com os quais virá a desenvolver a sua modernização tecnológica. A esta está associada a indispensável formação dos recursos humanos, mas também o dispositivo a adotar tendo como horizonte a satisfação das necessidades da Defesa de Moçambique, destacando-se como prioridades imediatas:

- a. O dispositivo de forças a adotar;
- b. Definir e selecionar os parceiros com os quais virá a desenvolver a sua modernização tecnológica;
- c. Restaurar a operacionalidade dos atuais equipamentos;
- d. Proporcionar a indispensável formação aos seus recursos humanos.

Justificação do estudo

Este tema reveste-se da maior importância como contributo, ainda que limitado, para a transformação da atual FAM num Ramo moderno, capaz de responder às necessidades do País, não apenas na sua defesa militar, mas também na sua capacidade de resposta aos compromissos internacionais no seio das Organizações de que Moçambique faz parte.

Objeto de estudo e sua delimitação

O objeto de estudo do nosso trabalho visa a definição de uma proposta de objetivos estratégicos para a FAM, tendo em consideração a envolvente político-social do país e a atual situação do Ramo.

Dada a abrangência do tema em apreço e as limitações estabelecidas à extensão do trabalho e ao tempo para a sua elaboração, delimitaremos o âmbito da nossa investigação ao Dispositivo, Equipamentos e Formação, elementos que consideramos a base para a estruturação futura da FAM, nos domínios de maior complexidade que, necessariamente, terão de ser prosseguidos após a consolidação destes aspetos.

Assim, depois duma introdução genérica das matérias que irão contemplar uma clarificação dos conceitos necessários ao aprofundamento académico, estabeleceremos o ponto de partida (caracterização da situação atual da FAM) para o desenvolvimento do trabalho.



O problema do presente TII, ilustrado esquematicamente na figura nº 1, centra-se na identificação dos aspetos relativos ao Dispositivo, Equipamentos e Formação.

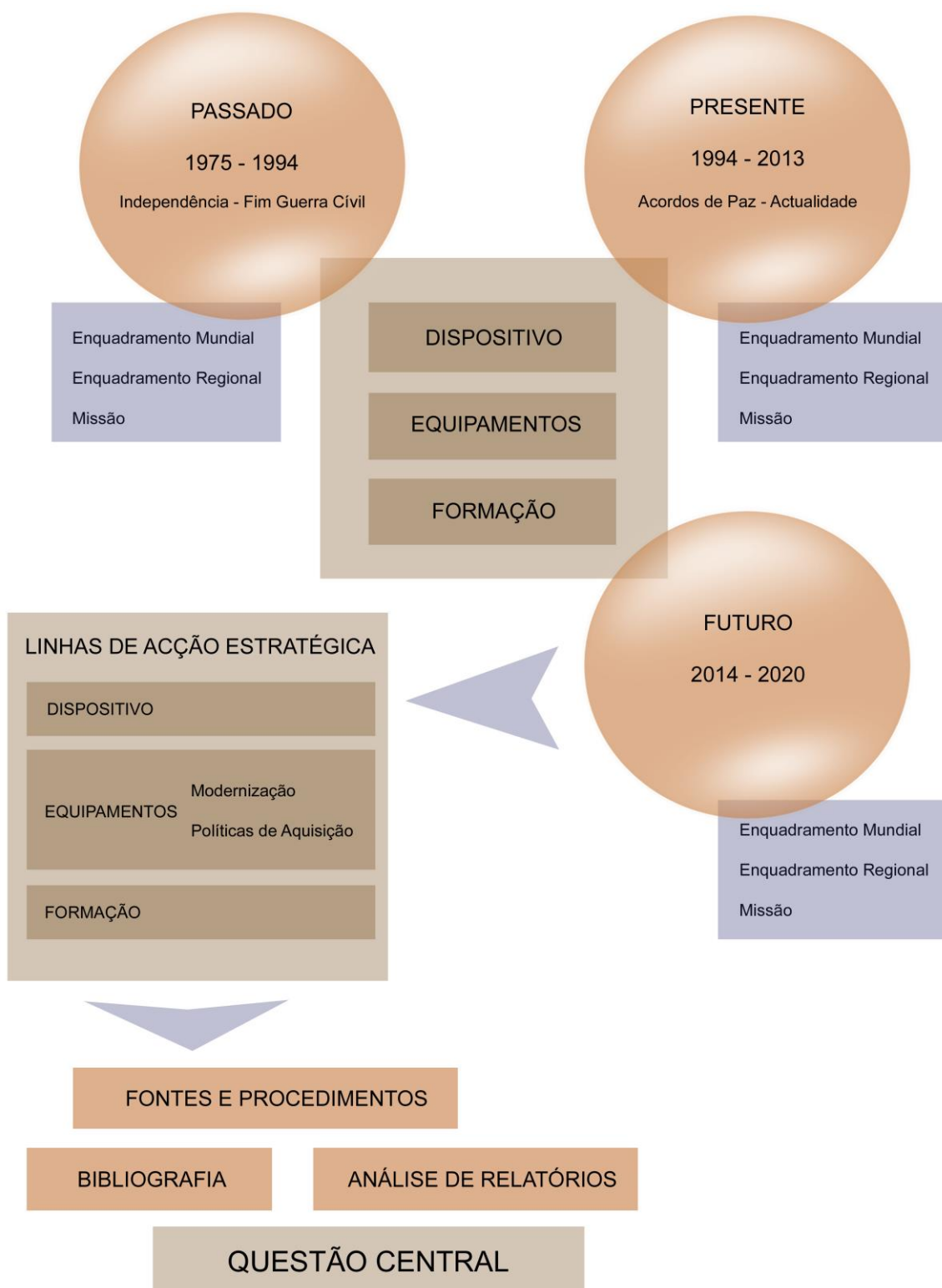


Figura nº 1 – Problematização teórica.

Fonte: (Autor, 2014)



O problema, bem como as diferentes vertentes onde se apoia esta investigação, insere-se no domínio da organização militar e da estrutura organizacional da FAM. A extensão do tema é considerável, tendo em conta as relações estabelecidas com os países dos grandes blocos económicos mundiais que oferecerão opções de desenvolvimento futuro diversificado, no qual Portugal ocupará um lugar de destaque.

Os atores foram circunscritos a Moçambique e aos países com os quais estabeleceu relações de cooperação, durante o ainda curto período como Estado independente.

Objetivos da investigação

Impõe-se, agora, definir o propósito da investigação, fixando-se o Objetivo Geral (OG) e os Objetivos Específicos (OE) que se apresentam na tabela nº 1:

Tabela nº 1 – Objetivo Geral e Objetivos Específicos.

Fonte: (Autor, 2014)

| OBJETIVO GERAL | |
|---|---|
| Identificar as linhas de ação estratégica nos domínios do Dispositivo, dos Equipamentos e da Formação do pessoal que assegurem à FAM o incremento dos níveis de eficiência no período de 2014-2020. | |
| OBJETIVOS ESPECÍFICOS | |
| OE 1 | Identificar o impacto nos domínios do Dispositivo, dos Equipamentos e da Formação do pessoal da FAM como resultado das linhas de ação estratégica adotadas no período entre a independência e o fim da guerra civil (1975-1994). |
| OE 2 | Identificar o impacto nos domínios do Dispositivo, dos Equipamentos e da Formação do pessoal da FAM como resultado das linhas de ação estratégica adotadas no período entre o fim da guerra civil e a atualidade (1994-2013). |
| OE 3 | Identificar as linhas de ação estratégica no período 2014-2020, passíveis de serem adotadas pela FAM nos domínios do Dispositivo, dos Equipamentos e da Formação do seu pessoal, de modo a responder às necessidades de defesa do País. |

A consecução destes objetivos permitirá perspetivar um conjunto de linhas de ação estratégica que assegurem à FAM o incremento dos seus níveis de eficiência.

Tendo em consideração o objeto de investigação, a delimitação do tema e os objetivos de estudo, formulamos a Questão Central (QC), as Questões Derivadas (QD) e, para orientação do trabalho empírico, as Hipóteses (H) constantes na tabela nº 2:



Tabela nº 2 – Questão Central, Questões Derivadas e Hipóteses.

Fonte: (Autor, 2014)

| | |
|------------|---|
| QC | Quais as linhas de ação estratégica a serem desenvolvidas pela FAM, para incrementar os níveis de eficiência no período de 2014-2020 nos domínios do Dispositivo, dos Equipamentos e da Formação do pessoal? |
| QD1 | Em que medida o Dispositivo, os Equipamentos e a Formação do pessoal da FAM permitiram responder às necessidades de defesa do País no período de 1975 a 1994? |
| H1 | As necessidades de defesa de Moçambique foram satisfeitas num contexto de guerra civil e num quadro mundial e regional condicionado pela Guerra Fria, que limitou as opções de escolha das linhas de ação estratégica nos domínios do Dispositivo, dos Equipamentos e da Formação do pessoal da FAM. |
| QD2 | Em que medida o Dispositivo, os Equipamentos e a Formação do pessoal da FAM permitiram responder às necessidades de defesa do País no período 1994-2013? |
| H2 | As necessidades de defesa de Moçambique, foram satisfeitas num contexto de paz e de colapso da União Soviética, que abriu caminho à cooperação internacional, com especial preponderância para as relações com Portugal, permitindo a reorientação das opções de escolha das linhas de ação estratégica nos domínios dos Dispositivo, dos Equipamentos e da Formação do pessoal da FAM. |
| QD3 | Em que medida as opções de escolha da FAM nos domínios dos Equipamentos existentes e daqueles que serão adquiridos, do Dispositivo e da Formação, determinarão a sua capacidade de resposta às necessidades de defesa do País? |
| H3 | A capacidade de manutenção dos Equipamentos existentes conjugada com a aquisição de novos meios, a Formação e o Dispositivo da FAM, recomenda que sejam aprofundadas as relações de cooperação com os Países capazes de articular as três dimensões enunciadas, de modo a maximizar as sinergias geradas pela coexistência de diferentes Equipamentos e diferentes modelos de Formação. |

Metodologia, percursos e instrumentos

Desenvolvemos o trabalho de acordo com a metodologia padrão de abordagem científica constante nas NEP/ACA – 010 e 018, de 16 de julho de 2012, e recorrendo ao método hipotético-dedutivo.¹

No aprofundamento da nossa investigação, pretendemos desenvolver o percurso metodológico esquematizado na figura nº 2.

¹“A construção deste método parte de um postulado ou conceito postulado, como modelo de interpretação do fenómeno estudado. Este modelo gera, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes no real” (Quivy, R et al., 2008, p. 144).

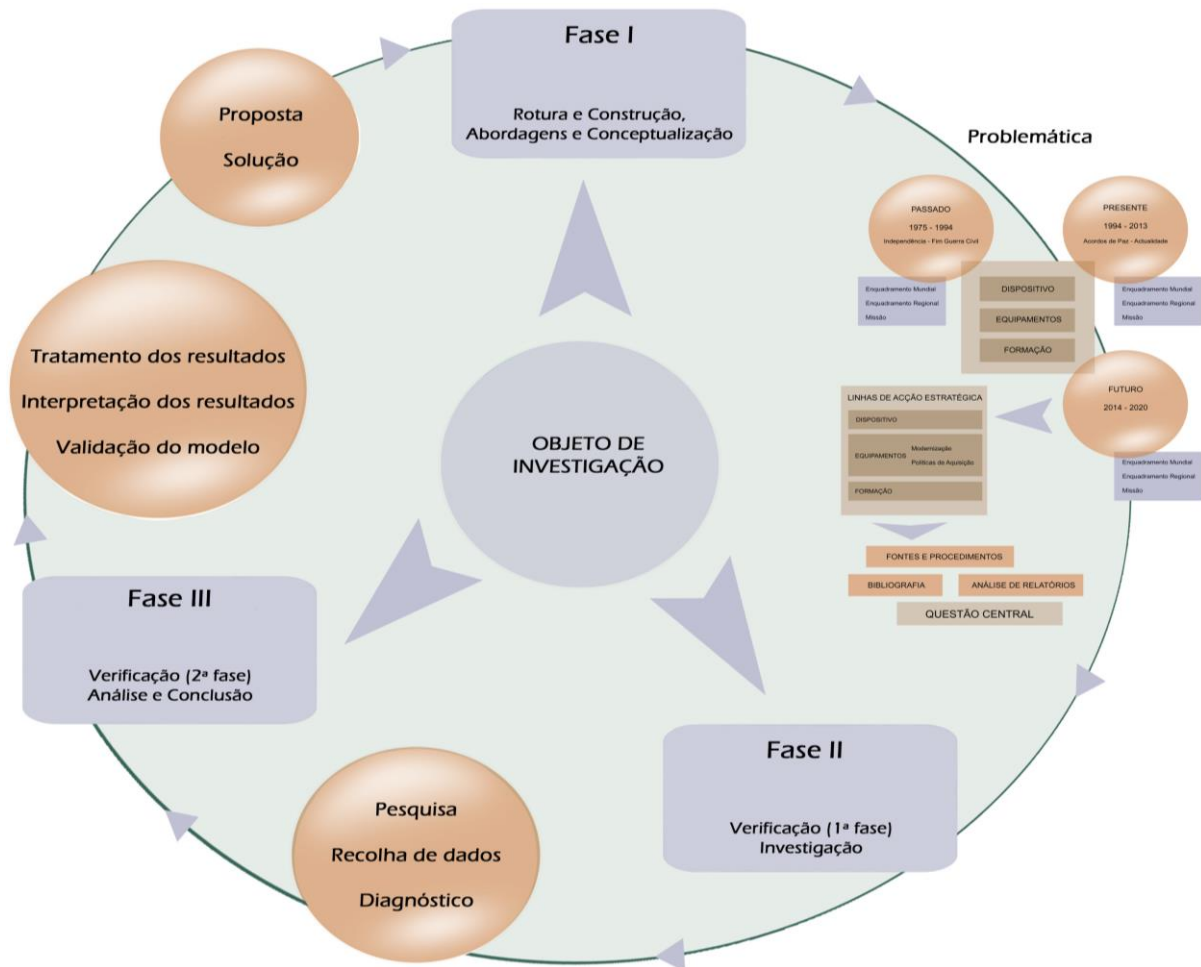


Figura nº 2 – Percurso metodológico.
Fonte: (Autor, 2014)

A pesquisa bibliográfica e documental, que constituiu a 1ª fase da investigação, centrou-se no esforço de obtenção de fontes primárias, nomeadamente de estudos e relatórios da FAM usando a cadeia de comando nacional, recorrendo igualmente aos responsáveis pela Cooperação Técnico-Militar (CTM) portuguesa em Moçambique.

Numa 2ª fase realizámos entrevistas exploratórias telefónicas, junto dos responsáveis nacionais do Ramo, de onde se destacam o Chefe do Estado-Maior da FAM (CEMFA), o Comandante da Aviação e o Chefe das Operações.

Na última fase iremos interpretar os dados recolhidos e, através da validação do modelo de análise, encontrar a resposta à nossa QC.

Tendo por base os conceitos sistémicos e as H levantadas, procuraremos encontrar uma resposta à QC, que constituirá a resolução do problema gerador desta investigação. Neste percurso, privilegiaremos a recolha de dados constantes em bibliografia de referência, completando os dados aí recolhidos com outros provenientes de conferências, de entrevistas e de trocas de ideias com especialistas nacionais e portugueses na temática.



1. Da independência ao fim da guerra civil (1975-1994): a resposta da Força Aérea de Moçambique na construção nacional.

a. Moçambique na aurora da independência: situação política, económica, social e militar.

Moçambique tornou-se independente em 25 de junho de 1975 e Samora Machel assumiu a Presidência da República. Com a independência, Moçambique transformou-se rapidamente num importante ator da cena política regional. Em 1976, para além de acolher no seu território os guerrilheiros do Exército Africano de Libertação do Zimbabwe (Rodésia), colaborou na política de sanções impostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) ao regime Rodesiano, fechando a fronteira com aquele país.

Segundo Cardoso “*Em 1977, o governo Rodesiano patrocina a criação da chamada Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), a qual inicia atividades de subversão no interior de Moçambique marcando, assim, o início de uma brutal guerra civil que se prolongaria até 1992*” (2005, p. 33).

Com o fim da guerra civil na Rodésia em 1980, o apoio à RENAMO liderada por Afonso Dlakama terminou e a África do Sul, na linha da sua política de desestabilização de seus vizinhos negros, substituiu-a, passando Pretória a apoiar a RENAMO.

As ações militares da RENAMO, a partir da África do Sul, atingiram nove das dez províncias moçambicanas. Em 1982, a escalada da guerra paralisou o transporte nos corredores que ligam o Malawi e o Zimbabwe ao mar, conduzindo a uma intervenção militar em território moçambicano por parte do Zimbabwe.

Moçambique mergulhou numa trágica crise humanitária, na qual pereceram dezenas de milhares de seres humanos.

O sul de Moçambique transformou-se num santuário dos guerrilheiros do Congresso Nacional Africano (ANC), de onde lançaram ataques contra a África do Sul.

O endurecimento da guerra e a degradação da situação humanitária tornaram-se insustentáveis, conduzindo, em 1984, à assinatura do “Pacto de não-agressão de Incomáti”, onde Moçambique e a África do Sul se comprometeram a não permitir a utilização dos seus territórios como suporte para o ataque ao outro país.

Os sistemas de saúde e educativo entraram em colapso e, em muitas regiões do território nacional, a produção agrícola pura e simplesmente desapareceu. A grande seca de meados da década 80 provocou uma terrível fome.



Em 1986, o “*Malawi expulsa as forças da RENAMO que operavam a partir do seu território; e a Tanzânia e o Zimbabué acordam com o governo moçambicano o reforço dos seus contingentes instalados em território Moçambique*” (Idem, p. 34).

Em 1990 tinha morrido um milhão de pessoas, cerca de um milhão e meio de cidadãos moçambicanos tinham abandonado os campos e quatro ou cinco milhões tinham deixado o país.

Nesse ano de 1990, alguns fatores de ordem externa influenciaram o decurso dos acontecimentos; a política sul-africana mudou radicalmente e o bloco Soviético desagregou-se.

No dia oito de julho de 1990, encetaram conversações formais em Roma, o Governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a RENAMO, tendo em vista a cessação das hostilidades e o restabelecimento da paz.

Após treze anos de guerra e várias tentativas ensaiadas sem sucesso, com a mediação da Comunidade de Santo Egídio, sob os auspícios da Igreja de Moçambique e do Governo da República Italiana é assinado a um de dezembro de 1990, um protocolo destinado a facilitar o processo de paz.

Após demoradas rondas de negociação, foram obtidas as condições para que em quatro de outubro de 1992, novamente em Roma, os dois Presidentes, da RENAMO e da FRELIMO, assinassem o documento de Reconciliação Nacional, denominado Acordo Geral de Paz de Moçambique.

A 16 de dezembro de 1992, através da Resolução nº 797 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, foi criada a Força da Paz denominada Organização das Nações Unidas para manutenção de paz em Moçambique (ONUMOZ), com um mandato até 31 de outubro de 1993 e com um efetivo aproximado de 7000 elementos, que estabelecia um prazo para desmobilização das tropas e plano para eleições multipartidárias sob a supervisão das Nações Unidas.

A força de paz da ONU foi colocada no terreno e, com ajuda internacional, pôs-se em marcha um programa de repatriação e restabelecimento dos refugiados.

Como resultado da guerra civil, do ponto de vista humanitário, o país apresentava entre três e quatro milhões de desalojados dentro do país, aproximadamente um milhão e meio de refugiados em países vizinhos (Malawi – 1.100 milhares, Zimbabwe – 140 milhares, Sua-zilândia – 23 milhares, Zâmbia – 23 milhares e Tanzânia – 15 milhares) (Correia, 1994, pp. 25-28).



A guerra foi um dos grandes constrangimentos ao desenvolvimento sócio-económico em Moçambique. Após 1982, a RENAMO procurou mobilizar parte da população rural e de 1988 a 1992 lançou impostos sobre ela na “*ordem de um dia de produção agrícola [...] ou pelo trabalho obrigatório (na ordem de dois dias por semana) em machambas de culturas coletivas destinadas especialmente à alimentação dos combatentes*” (Idem, p. 40). Em reação, as forças da FRELIMO, especialmente a partir de 1987 “*iniciaram uma política de terra queimada e esvaziamento da região das populações, destruindo assim o sistema económico de sustentação da RENAMO*” (Ibidem).

Estas ações, associadas aos efeitos das fortes secas e pela rotura dos circuitos comerciais, provocaram um clima de fome e de pobreza extrema para as populações e conduziram à ajuda internacional, de que Moçambique se tornou extremamente dependente a partir de 1984. Conforme refere Tilman Bruck Moçambique viu-se na contingência de procurar empréstimos financeiros junto do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM). Com esses empréstimos, o país teve de aceitar políticas de ajustamento estrutural e de liberalização do mercado que colocaram muita ênfase no cumprimento de padrões financeiros restritivos, mas que não tiveram em conta as realidades de guerra a que o país estava submetido (1998, p.1049).

Em 1992 “o governo já gastara todos os recursos internos e externos para o financiamento das funções governamentais centrais e da guerra. Assim, tanto o governo como a RENAMO precisavam de encontrar um fim para o conflito por falta de mais recursos. A adoção deste ponto de vista económico na análise da guerra explica endogenamente o seu fim” (Ibidem).

Por outro lado, “a dependência da ajuda do governo implica também que o fornecimento de recursos pelos países doadores conduza a uma continuação temporária da guerra. A natureza do condicionalismo da ajuda a economias de guerra é, assim, crucial. Os países doadores deveriam usar a sua influência para expressarem a sua preferência por uma despesa governamental humanitária relativamente a uma despesa militar e trabalhar com vista à resolução das questões sócio-económicas subjacentes ao conflito no país recetor. Dada a forte dependência do apoio externo de uma economia de guerra, existe uma alavanca poderosa que força as partes em conflito a abandoná-lo. Aparentemente, permitiu-se que Moçambique continuasse a guerra sem que se registassem esforços convincentes do lado da comunidade de países doadores para usarem essa alavanca (Idem, pp 1049-1050).



“O condicionalismo de ajuda a Moçambique ignorou a guerra e impediu assim, um fim mais rápido do conflito, além de ter aplicado políticas insustentáveis numa economia de guerra” (Idem, p. 1050).

Neste contexto, assistiu-se a um movimento migratório do campo para a cidade, sendo o maior destino Maputo, embora isso não significasse a transição de uma economia agrária para uma economia industrial, mas sobretudo a busca de segurança e proteção e novas oportunidades, dada a perda de produtividade pela seca e pela deterioração das estruturas agrárias tradicionais.

De acordo com este cenário económico que Moçambique atravessou desde a proclamação da sua independência ao fim da guerra civil (1975-1994), as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) em geral e a FAM especialmente foi cumprindo a sua missão de acordo com o estipulado pela lei, lado a lado com o seu povo e foi apoiando, quando necessário, no transporte de víveres para zonas de difícil acesso devido à guerra, na evacuação sanitária e apoio humanitário sempre que o governo necessitou da sua intervenção.

Em 1984 as FADM eram compostas por três elementos: *“uma força regular com um efetivo de pelo menos 26.700 elementos, treinados e equipados para emprego em ambiente convencional e não convencional; a milícia popular com aproximadamente 30.000 membros e a guarda de fronteira com aproximadamente 6.000 homens”* (Government, 1985, p. 270).

As FADM eram, neste período, compostas pelo Exército com um efetivo de cerca de 25.000 homens, a Força Aérea com cerca de 1.000 e uma Marinha com cerca de 700 (Ibidem).

A FAM foi desenvolvida após a independência, em torno de um pequeno número de aviões deixados pelos portugueses. O governo procurou ajuda militar em Moscovo para aumentar a capacidade operacional, recebendo os primeiros caças MIG em março de 1977, juntamente com mísseis e outros equipamentos, bem como conselheiros militares para treinar o pessoal moçambicano no uso dos novos equipamentos e na doutrina aérea.

O apoio subsequente em material prosseguiu, tendo a organização das unidades decorrido em duas bases aéreas: Nacala e Beira. O treino dos pilotos e técnicos foi conduzido na base aérea de Maputo, com o apoio de conselheiros militares da Europa de Leste e de Cuba.

De acordo com o Departamento da Defesa norte-americano, no início de 1984 a FAM possuía pelo menos 60 aviões soviéticos que foram usados em missões de apoio aéreo próximo.



Mais de 25 caças MIG-21 encontravam-se divididos em dois esquadrões, sendo o terceiro esquadrão constituído por caças MIG-17 e MIG-19.

Adicionalmente, a FAM contava com helicópteros soviéticos, sendo pelo menos oito Mi-8 a que se juntavam outros modelos mais sofisticados, bem como vários helicópteros ligeiros de origem francesa.

Um esquadrão de transporte era equipado com uma vasta variedade de aviões, designadamente o francês *Noratlas*, o americano *Cessna 182* e o soviético *NA-26*. Aviões ligeiros estavam atribuídos a um esquadrão de treino, incluindo os checos *Aero L-39* e *Zlin* e o americano *Cessna 152*. (Idem, pp. 271-277).

Os acordos de paz estabeleceram a junção das forças do governo e da RENAMO, para formar um novo Exército nacional com um efetivo de 30.000 homens. À FAM caberiam 4.000 efetivos, nos quais se incluem as unidades de Defesa Aérea.

Como principais equipamentos em 1994, contavam-se 43 MIG-21 organizados em 5 esquadrões de caças, um esquadrão de transporte composto por 5 NA-26, 2 C-212, 2 Cessna 152 e 1 Cessna 172. Relativamente a helicópteros, contavam-se 4 Mi-24 de ataque, 5 Mi-8 de transporte e 4 PA-32 de treino. A Defesa Antiaérea (DAA) era composta por sistemas lançadores de mísseis terra-ar, SA-2 e 10 SA-3 (IISS, 1994, p. 252).

Neste contexto de economia de guerra e em face dos equipamentos que dotavam a FAM, o seu emprego operacional encontrava-se limitado.

Com o fim da guerra fria e a dissolução do Pacto de Varsóvia ocorrido a 31 de março de 1991, o país viu goradas as possibilidades de continuar a receber apoio em equipamentos por parte da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), então parceira da CTM, o que conduziu à degradação dos equipamentos militares, como veremos no próximo capítulo.

b. Os desenvolvimentos globais, regionais e os seus impactos na realidade Moçambicana

Após o fim da II Guerra Mundial, as potências europeias estavam enfraquecidas e enfrentavam uma grave crise económica, agravada pela necessidade de investir na reconstrução das cidades que haviam sido bombardeadas e destruídas.

O facto de muitos africanos terem servido no Exército de suas metrópoles durante a II Guerra Mundial contribuiu para que esses povos tomassem consciência da ideia de liberdade.

Após a II Guerra Mundial, já no contexto da Guerra Fria, as superpotências Estados Unidos de América (EUA) e a URSS, passaram a apoiar os movimentos de independência em



África, interessados, principalmente, em atrair para as respetivas áreas de influência os países que se tornassem independentes.

Defendendo uma postura anti-imperialista e anti-colonial, a URSS procurava aumentar a influência do socialismo nos países em luta pela independência ou recém-emancipados. Como o capitalismo estava vinculado ao imperialismo, os socialistas argumentavam que lutar contra o capitalismo era uma forma de combater o imperialismo.

Os EUA, por sua vez, procuravam ampliar seu domínio político e económico, justificando a sua interferência no continente em nome da defesa da autodeterminação dos povos e na defesa da democracia liberal.

Segundo o presidente Truman, em 12 de Março de 1947, proclamou a doutrina que tem o seu nome: “*estou convencido de que é dever dos EUA apoiar os países livres quando se recusam a ser subjugados por minorias armadas por pressões exteriores...deve ajudar os países livres a decidirem o seu próprio futuro da maneira que lhes convenha*” (Moreira, 1994, p. 496).

A América era a mais poderosa potência do mundo livre, a quem incumbia a responsabilidade de defender as instituições democráticas no mundo inteiro, tendo obrigações morais, políticas e ideológicas, necessitando de um poder militar correspondente, com armamento convencional e atómico. Apelava-se para a internacionalização, não apenas militar, mas também política, económica e social em que a URSS não tivesse acesso a novas tecnologias modernas para a construção do seu complexo industrial militar; essa era a política de contenção ao avanço Soviético adotado pelos países ocidentais durante o decurso da Guerra Fria. (Idem, p. 497).

Da mesma maneira que a URSS assumia que as sociedades políticas se diferenciavam em capitalistas e proletárias, assim os países se alinhavam em exploradores e explorados, imperialistas ricos e nações proletárias pobres, proclamando ter conseguido libertar-se dessa subjugação imperialista, a URSS tinha o dever de liderar e defender os Estados proletários e ajudá-los a libertarem-se pela revolução (Idem, p. 503).

Por outro lado, o sentimento nacionalista também ganhou força entre os jovens das elites africanas. Muitos desses jovens estudavam na Europa e regressavam dispostos a romper os laços com as respetivas metrópoles.

Esse sentimento foi canalizado pelos partidos políticos, fundamentais para organizar a população para a luta contra o domínio europeu. Dois outros movimentos político-ideológicos



também colaboraram para o processo de independência no continente africano: o *pan-africanismo*² (Dicionário, 2014) e o *pan-arabismo*³ (Ibidem).

O período pós-independência enfrentado pelos povos africanos foi caracterizado pela dificuldade da formação dos seus Estados nacionais, face à enorme diversidade étnica e linguística, que conduziu a uma série de conflitos e guerras civis dentro dos novos Estados, numa disputa pelo poder político do país.

Esta realidade foi agravada pelo ambiente crispado da Guerra Fria, com os EUA e a URSS, ansiosos por aumentar as suas áreas de influência através dos conflitos políticos do continente.

Para Moçambique, outro elemento influenciador foi a política do *apartheid* na África do Sul que se havia tornado independente em 1931.

A minoria branca de origem holandesa, os africâneres, exercia o domínio político e económico sobre as diferentes etnias negras. Em 1911, os africâneres aprovaram diversas leis restringindo os direitos da maioria negra. A situação agravou-se a partir de 1948, quando o governo instituiu oficialmente o *apartheid*.

O ANC que lutava pelos direitos dos negros foi considerado ilegal e seu líder Nelson Mandela, foi preso e condenado à prisão perpétua.

A partir da década de 1970, a comunidade internacional começou a mobilizar-se contra essa política segregacionista. A África do Sul foi expulsa da Comunidade Britânica, e a ONU submeteu o país a sanções políticas e económicas, tendo os atletas sul-africanos sido impedidos de participar de competições internacionais.

Os negros sul-africanos, por sua vez, deixaram a política de não-violência e partiram para o confronto violento. Em 1984, em resposta a uma manifestação contra o *apartheid*, o governo decretou a lei marcial. Sob intensa pressão, em 1990 o governo sul-africano determinou a libertação de Mandela e autorizou a legalização do ANC. Em 1994, o *apartheid* chegava oficialmente ao fim e, nesse mesmo ano, Nelson Mandela foi eleito presidente do país.

Neste contexto regional e internacional, Moçambique não conseguiu furtar-se às grandes tensões políticas, estratégicas e militares que caracterizaram o período entre a sua independência até à assinatura do acordo de paz.

² Doutrina que defende a união ou aliança política de todos os países africanos.

³ Doutrina política que tende para a união de todos os países de língua e de civilização árabes.



c. Síntese conclusiva

Moçambique conquistou a sua independência num período caracterizado pela Guerra Fria, que opunha as duas superpotências saídas da II Guerra Mundial.

Impedidas de prosseguir a sua disputa pelo poder global através de confrontos militares diretos, passaram a fazê-lo de modo indireto, disputando o poder de influência política, económica e ideológica em todo o mundo.

Desde a independência, Moçambique foi apoiado pela URSS até ao colapso desta, situação que condicionou as suas opções internacionais. Do ponto de vista regional, o território moçambicano viu-se cercado e envolvido em ações militares que resultaram de guerras internas nos países vizinhos e do *apartheid* na África do Sul.

Internamente, Moçambique enfrentou uma guerra civil, protagonizada pelo governo da FRELIMO e pela RENAMO, que foi recebendo dos países vizinhos, apoio logístico e autorização para utilizar o seu território.

A guerra civil, destruiu o sistema produtivo nacional e criou um significativo número de refugiados que se instalaram nos países vizinhos e provocou uma forte corrente migratória dos campos para as cidades.

Do ponto de vista militar, o país foi apoiado pela URSS e pelos países do Pacto de Varsóvia, bem como por outros Estados comunistas.

A FAM, constituída inicialmente em torno dos meios aéreos deixados pelos portugueses foi modernizada com aviões, helicópteros e sistemas de DAA de fabrico soviético.

A URSS foi responsável pelo treino e formação dos militares moçambicanos, até à dissolução do Pacto de Varsóvia ocorrido a 31 de março de 1991, data a partir da qual, essa ajuda deixou de ser disponibilizada.

Com o país financeiramente exaurido foi solicitada ajuda internacional, protagonizada pelo FMI e pelo BM e a paz com a RENAMO foi assinada a quatro de outubro de 1992.

Confirmámos neste capítulo que as opções de escolha de linhas estratégicas da FAM nos domínios do Dispositivo, Equipamentos e Formação, durante o período de 1975-1994, foram muito condicionadas pelo contexto da guerra civil e pela economia de guerra a ela associada, envolta na bipolarização entre as duas superpotências e nos respetivos blocos militares que caracterizou e condicionou as relações internacionais durante o período da guerra fria, o que responde à QD1, afirmando que as respostas às necessidades de defesa do país no período em análise foram limitadas.

2. Dos acordos de paz à atualidade (1994-2013): a resposta da Força Aérea de Moçambique na afirmação nacional

a. As necessidades de defesa de Moçambique

O período de paz que Moçambique vive após a longa guerra civil, acompanhou a alteração da distribuição de poder global que emergiu após o fim da Guerra Fria, de uma predominância dos EUA para um mundo multipolar, que continua a caracterizar o início do século XXI.

Aspetos dessa transição são o significativo desenvolvimento económico da China e o crescimento da importância do G20 relativamente ao G7. Na nossa análise abordaremos o desenvolvimento de Moçambique no contexto do continente Africano, especialmente na região Sul do continente, de acordo com a divisão⁴ que apresentamos na figura nº 3.



Figura nº 3 – Regiões de África.
Fonte: (Cilliers, 2011, p xix)

⁴ África do Norte: Argélia, Egipto, Líbia, Tunísia, Mauritânia e Marrocos;
África Ocidental: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné Conacri, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo;
África Oriental: Burundi, Camarões, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Madagáscar, Maurícias, Ruanda, Seicheles, Somália, Sudão (Norte e Sul), Tanzânia e Uganda;
África Central: Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe;
África Austral: Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia, e Zimbabué.



Do ponto de vista africano, o maior impacto desta transição não se centra no declínio da influência relativa dos EUA, mas no crescimento da China e da Índia, que continuarão a incrementar a sua influência política e económica na região. Naturalmente, o desenvolvimento da região Sul de África, aumentará a sua ligação à Ásia, enquanto o desenvolvimento humano e a promoção da boa governação continuará a fazer-se com o apoio da Europa, onde a União Europeia (UE) desempenha papel fundamental no financiamento de programas destinados à promoção dos direitos humanos, governação e desenvolvimento.

Os EUA, tal como a China e crescentemente a Índia, continuarão a procurar matérias-primas e energia. Neste sentido, tal como os europeus, continuarão a apoiar o desenvolvimento da região, apoiando a boa governação, especialmente no campo da saúde. Neste contexto, continuarão envolvidos nos assuntos da segurança global da região que serão tratados no âmbito das organizações regionais. Poderemos, pois, afirmar que as influências externas em África estão a sofrer ajustamento, mas dificilmente declinarão (Cilliers, 2011 pp 1-9).

O crescimento económico projetado para África, tem trajetórias diferentes entre os diversos países que compõem o continente. Para compreender as oportunidades e desafios que se colocam a cada um deles, importa classificá-los de acordo com o seu nível de diversificação económica e exportações *per capita*. As oportunidades de progresso e desenvolvimento fixam-se em relação a dois objetivos: diversificação das fontes económicas adicionadas aos recursos agrícolas e geração de receitas provenientes das exportações para investimento. A história mostra que os países se desenvolvem mais quando se aproximam para metas próximas destes dois objetivos.

Com este enquadramento, podemos colocar a maior parte dos países africanos em um dos quatro grupos: economias diversificadas, exportadores de petróleo, economias de transição e economias de pré-transição. Esta caracterização é importante para avaliar o potencial de crescimento num continente heterogéneo.

Moçambique encontra-se no grupo das economias de transição, como podemos verificar na figura nº 4, apresentando elevado interesse para o investimento externo e, conseqüentemente, com grandes oportunidades de desenvolvimento (McKinsey Global Institute, 2010, pp. 3-4).

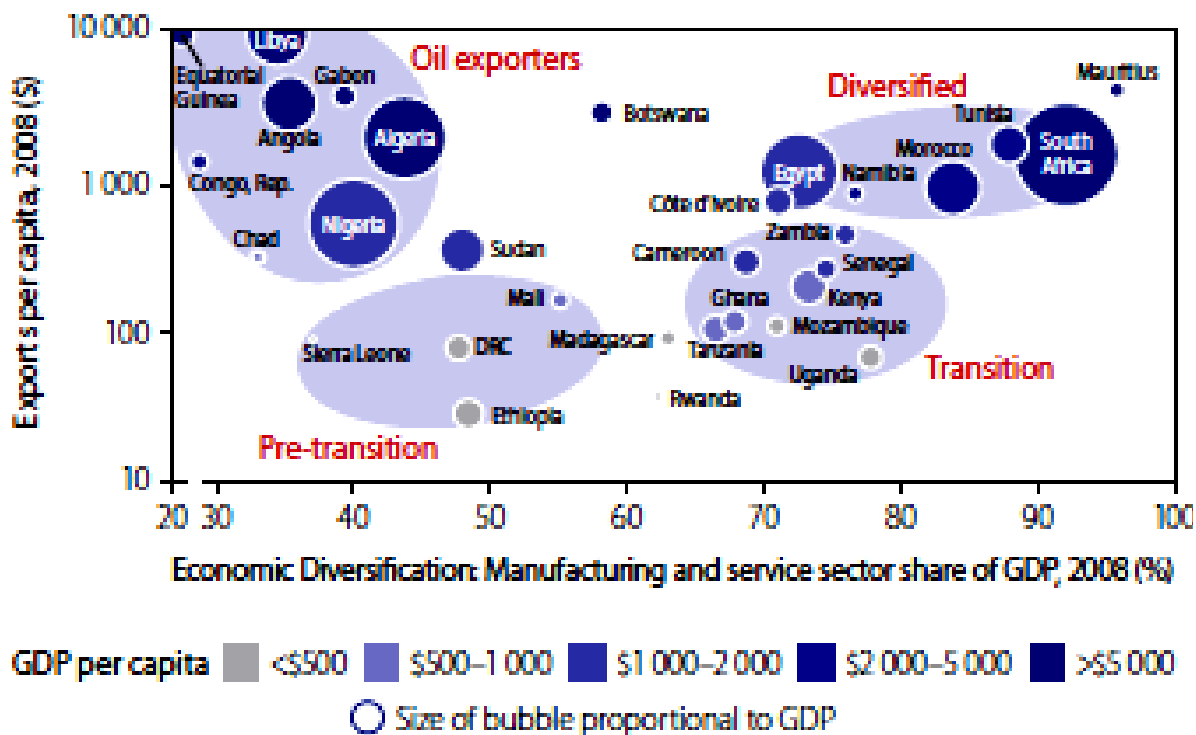


Figura nº 4 – Agrupamento dos países por capacidade e diversificação das exportações.
Fonte: (McKinsey Global Institute, 2010, p. 5)

Pela sua posição geográfica, Moçambique desempenha um papel central no desenvolvimento dos países do interior do continente que não possuem acesso ao mar, estando consequentemente limitados para a exportação dos recursos naturais que possuem, como se pode verificar na figura nº 5.



Figura nº 5 – Mapa de Moçambique e dos países vizinhos.
Fonte: (UN - Mozambique, 2008)

Neste contexto, destacam-se os quatro corredores baseados em rotas de transporte, que se constituem como sistemas harmoniosos de integração regional. Esses corredores são o corredor da Beira e do Zambeze, o corredor do Limpopo, o corredor de Maputo e o corredor de Nacala, (SADC, 2006).



O corredor da Beira e do Zambeze é importante para o desenvolvimento da região económica que liga o Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe, através dos portos da Beira. Os objetivos centrais são o restabelecimento e modernização das ligações das infraestruturas no interior, incluindo a modernização do porto da Beira, melhoramento da estrada e das linhas férreas Harare-Beira; adicionalmente, o desenvolvimento de canais navegáveis nos rios Chire e Zambeze virá a aumentar as opções de transporte para o acesso ao mar para o Malawi. Este corredor permitirá o desenvolvimento da exploração de recursos naturais com especial ênfase para a reabertura da mina de carvão de Moatize, mas também os projetos agrícolas no Dondo e Chimoio, bem como o turismo nas terras altas orientais do Zimbabwe e do vale do Zambeze (Idem).

O Corredor do Limpopo, focalizado na bacia hidrográfica do rio Limpopo é importante para a África do Sul, Moçambique, Zimbabwe, Botswana e Zâmbia, tendo como foco de desenvolvimento e investimento a agricultura, processamento da mineração e turismo. Este investimento permitirá a irrigação da área de Combomune-Chokwé para a plantação da cana de açúcar e processamento do açúcar da Maragra e o açúcar de Xinavane, mas também o turismo baseado na natureza do projeto do parque transfronteiriço do grande Limpopo (Idem).

O Corredor de Maputo liga a província de Gauteng da África do Sul ao porto de Maputo em Moçambique. As intervenções ao longo do corredor centram-se na reabilitação e modernização da estrada, caminho-de-ferro e modernização das infraestruturas e funcionamento do porto de Maputo (Idem).

O Corredor de Nacala visa desenvolver um corredor económico, ligando o Malawi no interior ao porto de Nacala em Moçambique, centrando-se no desenvolvimento, reabilitação e expansão das infraestruturas de transporte rodoviário e ferroviário, bem como do porto de águas profundas de Nacala (Idem).

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique tem sido impulsionado pela situação de paz que se vive, sustentado pelo desenvolvimento económico e pelo investimento estrangeiro que atinge cerca de 12% do PIB. Pode verificar-se na figura nº 6 a sua evolução ao longo de uma década, bem como a sua distribuição por setores, destacando-se que o setor da agricultura domina largamente a economia Moçambicana, empregando pelo menos 70% da população ativa, porém representa apenas 24% do PIB (World Bank, 2010, pp. 4-6).

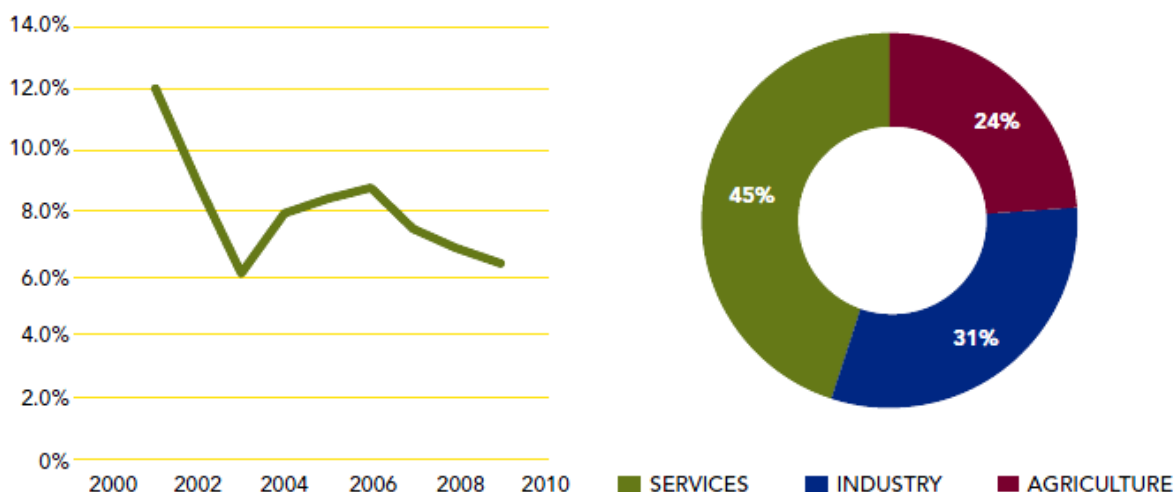


Figura nº 6 – Taxa de crescimento do PIB de Moçambique e sua distribuição por setores (2000-2010).
Donte: (World Bank, 2010, p. 5)

As instituições financeiras internacionais que têm apoiado o desenvolvimento Moçambicano na qualidade de doadores, atualmente procuram desenvolver com o Governo a melhoria dos indicadores macroeconómicos, com foco no combate à pobreza urbana através de programas de desenvolvimento rural e agrícola, designadamente através da criação de novos empregos que constituirão a base do sistema formal e informal de segurança social (Bertelsmann, 2012, p. 35).

Neste contexto, as Organizações regionais desempenham também um significativo papel articulador do desenvolvimento económico regional. Destas, destaca-se a Comunidade de Desenvolvimento de África Austral (SADC) consagrada na Conferência de Lusaka e que reuniu nessa primeira versão os países fundadores Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe e que agrega, atualmente, os nove membros fundadores mais a Namíbia, as Maurícias, Seychelles, a República Democrática do Congo e a República da África do Sul, que se constitui o impulsionador da organização.

A adesão de Moçambique à *Commonwealth* constitui a grande opção diplomática e económica do país, que reforça também os laços de integração económica com toda a África Austral, procurando projetar nas boas relações com os vizinhos, a estabilidade política interna, onde os grandes projetos de desenvolvimento assentam nesse tipo de complementaridade (por exemplo, o corredor da Beira).

Moçambique é membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que busca o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros, assentando essencialmente na dominante linguística e cultural; a língua, a cultura e a história comum conferem às relações dos sete países componentes da CPLP um valor acrescentado preferen-



cial, mas não determinante; a dominante cultural e social é assim, prioritária, mas não esgota as relações entre os membros, pois pelo contrário, pode motivar e fomentar as relações económicas e políticas recíprocas e cimentar o relacionamento comum com países terceiros.

O possível desenvolvimento harmónico da CPLP exige um sentido de realismo que concilie as dimensões políticas, económicas, culturais e sociais do processo em presença, a escassez de recursos, a definição de metas exequíveis e a rentabilização dos instrumentos internacionais de cooperação e desenvolvimento (SaeR/Fernave, 2001, pp. 210-253).

As necessidades de defesa de Moçambique, neste período, foram satisfeitas num contexto de paz no país e de colapso da União Soviética, que abriu caminho à cooperação internacional com especial preponderância com Portugal.

A atual conjuntura política na África Austral pode ser enganadora, no sentido de que ela pode levar a pensar que Moçambique desfruta de excelentes relações de boa vizinhança com todos os Estados limítrofes e, por conseguinte, tem garantias de uma sólida estabilidade política e militar. Se este facto se revela verídico hoje, nenhuma garantia existe da sua prevalência no futuro. Basta pensar nos interesses económicos vitais desses países aliado à possibilidade de mudança de regime a nível interno dos mesmos, para se chegar à conclusão de que não se deve enveredar pela via do excesso de confiança.

A importância de Moçambique, sob o ponto de vista da sua localização geográfica na África Austral e no mundo e dos seus recursos económicos, torna o país alvo de cobiça sobretudo dos países do *hinterland*.

No seguimento do acordo geral de paz, foram extintas as Forças Armadas de Moçambique (exército governamental) e as forças guerrilheiras da RENAMO, tendo sido constituídas as FADM. De acordo com o protocolo assinado em Roma, estas deveriam ser constituídas por 50% dos efetivos de cada uma das partes ex-beligerantes.

É missão das FADM assegurar a defesa militar contra quaisquer ameaças ou agressões externas, podendo desempenhar outras missões de interesse geral determinadas pelo Estado, ou colaborar em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações. Estas missões consubstanciam o preceituado na Constituição da República de Moçambique, que estabelece como princípio fundamental da política de defesa e segurança do Estado, a defesa da independência nacional, a preservação da soberania e integridade do país e a garantia do funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos contra qualquer agressão armada (Chichango, 2009, p. 30).



A Constituição estabelece, ainda, a participação nas missões de interesse público, satisfação de compromissos internacionais e a cooperação com outras forças de segurança.

A participação na defesa da independência nacional, soberania e integridade territorial são dever sagrado e honra para todos os cidadãos moçambicanos e a Constituição da República estabelece a prestação do serviço militar por todos os Moçambicanos, sem distinção, durante um período de dois anos (Governo de Moçambique, 2004, p. 85).

De acordo com a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, a missão genérica das FADM “*consiste em assegurar a defesa militar contra quaisquer ameaças ou agressões externas*” devendo ter uma organização que se rege por princípios de eficácia e racionalidade, de modo a garantir, entre outros aspetos “*a articulação e complementaridade entre os seus órgãos*” e os “*tipos e quantitativos de forças e meios que devem existir em permanência e em tempo de guerra para cumprimento das missões das Forças Armadas, são definidos tendo em conta as suas capacidades específicas e a adequada complementaridade operacional dos meios*”(Portal do Governo de Moçambique, 1997, p. 200(10)).

Como consequência do acordo geral de paz, verificou-se no período de 1991-1994, uma desmobilização massiva e descontrolada dos efetivos, mas também a destruição de meios aéreos, de DAA e radares de vigilância. Esta situação conduziu à desarticulação das infraestruturas de apoio logístico e do sistema de apoio operacional.

A FAM tem como missão a defesa do espaço aéreo nacional, o controlo e vigilância do espaço aéreo nacional, assegurar uma capacidade de transporte aéreo tático e a participação em missões no âmbito dos compromissos internacionais e de interesse público de Moçambique. Atualmente, a FAM organiza-se numa estrutura vertical e hierarquizada e os respetivos órgãos relacionam-se através de níveis de autoridade hierárquica, funcional e técnica, de acordo com a estrutura apresentada na figura nº7, destacando-se na sua componente operacional três Bases Aéreas (Maputo, Beira e Nacala), três Brigadas de Mísseis Anti Aéreos, três Batalhões Independentes de Artilharia Anti Aéreos e duas Escolas Práticas. (FAM, 2014).

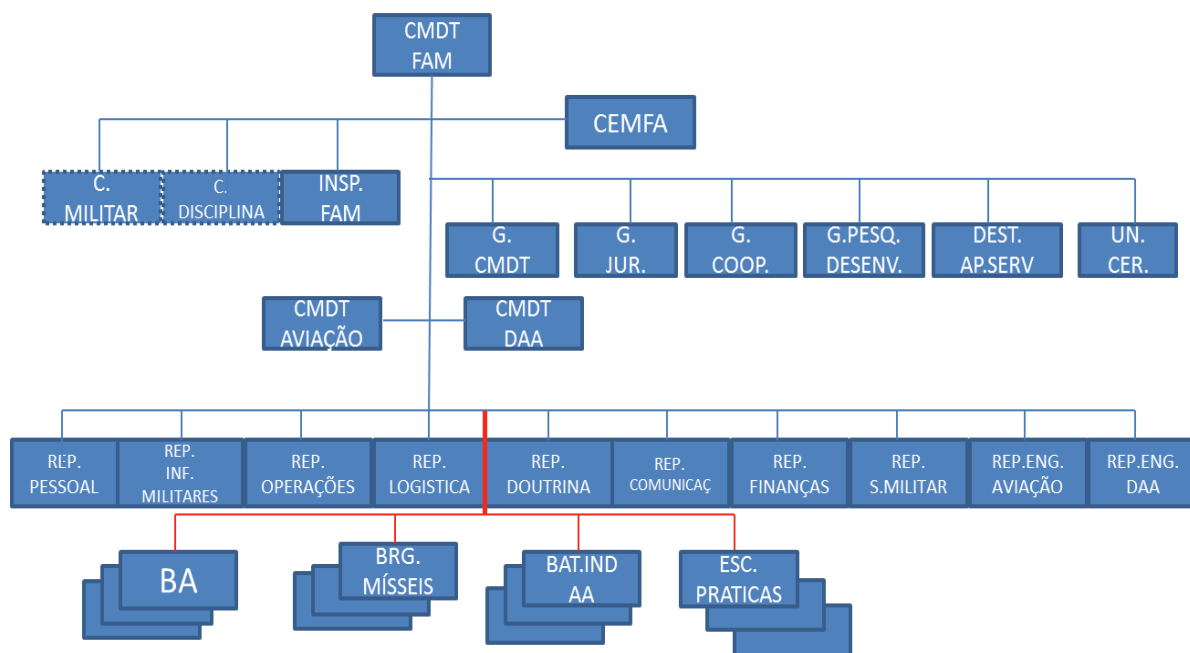


Figura nº 7 – Organograma da FAM.
Fonte: (FAM, 2014)

O dispositivo da FAM tem por base a disposição da Força Aérea Portuguesa (FAP) antes da independência nacional, podendo observar-se na figura nº 8, o qual consideramos ajustado às necessidades atuais.



Figura nº 8 – Dispositivo da FAM.
Fonte: (FAM, 2014)

b. A cooperação técnico-militar na consolidação da Força Aérea de Moçambique.

Moçambique, durante a luta de libertação nacional e da guerra civil que opunha o governo da FRELIMO e a RENAMO, teve apoio militar dos países socialistas do Pacto de Varsóvia, com destaque para a URSS que se empenhou bastante na CTM passando a formar, equipar e aperfeiçoar o dispositivo da FAM.



Neste período, o país não dispunha de quadros com qualificações adequadas para criação de FADM regulares e capazes de darem respostas a eventuais agressões armadas externas, contudo, graças à cooperação desenvolvida com os países do Pacto de Varsóvia conseguiu-se edificar umas FADM modernas e à altura dos desafios do seu tempo.

No seguimento da prolongada guerra civil (1975-1994) de 16 anos de destruição e morte, as políticas e estratégias do governo orientaram-se e concentraram-se, primordialmente, em domínios como a saúde, a educação, a agricultura, as infraestruturas e outras áreas de interesse vital. Consequentemente, neste período assistiu-se à paralisação das atividades aéreas militares, desmobilização ou abandono dos recursos humanos competentes a FAM muito precisa. Simultaneamente, verificou-se o corte de fornecimento de meios técnicos aeronáuticos e da DAA pela extinta URSS, então parceira da CTM.

Neste contexto, face ao progressivo desenvolvimento nacional e à necessidade de Moçambique, como Estado soberano, com obrigações de exercer atividade de defender a independência nacional, preservar a soberania, a integridade do país, garantir o funcionamento das instituições e a segurança dos cidadãos contra quaisquer ameaças ou agressão armada externa, desenvolveu contactos junto com os seus parceiros de CTM, com preponderância para Portugal, tendo em vista estabelecer programas-quadro que visam a organização e reestruturação das FADM e, consequentemente, da FAM.

Depois de prolongada paragem das atividades aeronáuticas, a FAM está atualmente empenhada na recuperação dos seus meios técnicos e infraestruturas, mas também na aquisição de novos equipamentos. Neste sentido, em 2013, o Ministério da Defesa Nacional comprou e entregou à FAM uma luxuosa e sofisticada aeronave executiva de marca Beechcraft de modelo 850xp, bimotor de médio porte e de alcance intercontinental, com capacidade para transportar 8 ou 10 passageiros, dependendo da configuração adotada.

Fabricada nos EUA, a aeronave foi comprada em segunda mão e passou a ser propriedade da FAM em setembro de 2013, ocasião em que o seu registo norte-americano foi cancelado e transferido. Com este aparelho, vão-se transportar altos quadros do governo e do Ministério da Defesa Nacional e a sua aquisição enquadra-se no esforço das autoridades de restaurar a capacidade do transporte aéreo militar do país.

Para a reabilitação dos equipamentos existentes, estão presentemente em curso alguns projetos recentemente lançados pelo governo de Moçambique, representado pelo Ministério da Defesa Nacional, através da celebração de contratos com empresas estrangeiras



de prestação de serviços, que a seguir se apresentam de forma resumida:

(1) Projeto M. C. AEROSTAR

A AEROSTAR é uma empresa Romena vocacionada para a reparação, manutenção, revisão geral e modernização nos aviões de combate do tipo MIG-21 e avião de instrução avançada L-39, bem como os seus respetivos equipamentos, sistemas e motores de lançamento de roquetes.

Uma equipa técnica constituída por especialistas da companhia AEROSTAR S. A. vinda de Bacau-Roménia, juntamente com os engenheiros da FAM, efetuou de 7 a 11 de Fevereiro de 2011, uma visita à Base Aérea de Nacala, para uma avaliação técnica aos aviões de caça MIG-21 BIS, tendo em vista a sua reativação.

Em dezembro de 2012 foram desmontados e encaixotados alguns aviões e enviados para a Roménia para revisão geral. Decorreu também nesse país, um curso de refrescamento de pilotos que já tinham concluído a teoria e prática do avião de instrução básica do tipo Festival. Neste momento os pilotos estão na instrução avançada no avião L-39 e MIG-21 BIS, encontrando-se agora no país, o pessoal técnico moçambicano de Manutenção.

(2) Projeto METEC

Trata-se de uma empresa da República Federativa da Etiópia que presta serviços à FAM na reabilitação de helicópteros de transporte de tipo MI-8T que se encontram na Base Aérea de Mavalane-Maputo.

A METEC iniciou, em novembro de 2010, o processo de desmontagem e o envio dos helicópteros para aquele país para revisão geral, tendo terminado o trabalho de revisão no mesmo ano. Neste momento encontram-se prontos a serem montados alguns destes aparelhos para servirem as FADM e realizarem igualmente atividades de interesse público.

(3) Projeto LICONEX (pty) Ltd.

Este projeto surgiu no princípio do ano de 2013 com a celebração de um contrato de aquisição de duas aeronaves de transporte de tipo AN-26, entre o governo de Moçambique e a empresa Sul Africana LICONEX (pty) Ltd.

Uma equipa de engenharia da FAM deslocou-se à fábrica daquele país vizinho para verificação, inspeção e receção dessas aeronaves que agora servem as FADM e realizam igualmente atividades de interesse público.



(4) Projeto 8 - Cooperação Técnica da Força Aérea Portuguesa com a FAM.

Em conformidade com a missão atribuída à FAM e a vontade acrescida de garantir as competências necessárias aos seus militares, a FAM iniciou um processo de formação de oficiais pilotos na Academia Militar Marechal Samora Machel (AMMSM), em Nampula.

No decorrer deste processo, entendeu-se ter por base o programa-quadro da CTM luso-moçambicana no âmbito do Projeto 12 (cooperação da FAP com a FAM), onde a FAP teve a oportunidade de poder cooperar nesse desígnio que beneficia ambos os países. O processo de formação teórica seguiu as fases previamente definidas. A matriz curricular foi estabelecida, os currículos também foram definidos e as competências necessárias para lecionar os conteúdos foram garantidos, conseqüentemente o resultado final foi alcançado. Os jovens oficiais pilotos foram formados com as competências adequadas para começar o tirocínio em escola habilitada para o efeito.

À Escola Prática de Aviação (EPA) em Maputo, foi confiada a responsabilidade de garantir o tirocínio aos alunos (cadetes) finalistas da AMMSM de Nampula, com o apoio do Projeto 12 da CTM Portuguesa. Este Projeto 12 teve início em janeiro de 2011 com o objetivo geral de apoiar a organização da FAM, mas a FAP desde 2006 estava envolvida na AMMSM, através do Projeto 3 na formação de um dos recursos mais críticos de qualquer Força Aérea que são os pilotos.

(5) Projeto 12 - Cooperação Técnica da Força Aérea Portuguesa com a FA.

O Projeto 12 iniciou-se em janeiro de 2011 com o objetivo geral de ajudar a FAM a organizar-se. A FAP vinha apoiando, através do Projeto 8, a formação de Técnicos de Manutenção de aeronaves, na Escola de Formação de Sargentos das FADM General de Exército Alberto Joaquim Chipande (ESFA). Com o atual programa-quadro foi implementado pela primeira vez ao nível da CTM, um programa específico para o Ramo da FAM que tinha como objetivo principal continuar apoiar a formação de pilotos aviadores (PILAV), mecânicos de material aeronáutico (MMA), mecânicos de material eletrónico (MME), controladores de tráfego aéreo, assim como o Comando e Estado-Maior da FAM.

Em simultâneo e de forma coordenada, têm sido desenvolvidas assessorias nas áreas de seleção psicotécnica, medicina e segurança de voo. Ainda nesta área de cooperação, para responder à necessidade de terminar a formação técnica dos cadetes que frequentam o curso de PILAV, a EPA recebeu como oferta da FAP duas aeronaves ligeiras de instrução Cessna FTB 337G, a primeira foi entregue em 2011 e a segunda em 2012. Com este projeto em curso,



verifica-se grande evolução nas áreas de formação de pilotos, medicina aeronáutica e segurança de voo.

c. Síntese conclusiva

O fim da guerra civil em Moçambique acompanhou a desintegração da União Soviética que se seguiu ao fim da Guerra Fria. Esta realidade condicionou as relações mundiais e a distribuição do poder global, com a ascensão de novos Estados, de onde se destaca a China e os países que resultaram do fim do Pacto de Varsóvia.

Com a paz, Moçambique conheceu um período de progresso e desenvolvimento, baseado na diversificação das fontes económicas adicionadas aos recursos agrícolas e geração de receitas provenientes das exportações, conjugadas com a ajuda internacional para o desenvolvimento.

Pela sua posição geográfica, Moçambique representa a oportunidade de acesso ao mar para os países do interior do continente, consubstanciada nos quatro corredores baseados em rotas de transporte (corredor da Beira e do Zambeze, corredor do Limpopo, corredor de Maputo e corredor de Nacala), razão pela qual no período em análise os principais investimentos se tenham dirigido a estas infraestruturas.

Apoiado nas Organizações Internacionais de que faz parte, destacando-se a SADC, a *Commonwealth* e a CPLP, Moçambique tem procurado o desenvolvimento nas dimensões políticas, económicas e culturais, apoiadas no PIB que tem crescido de modo sustentado e que se tem constituído como aspeto central das políticas públicas.

A FAM tem como missão a defesa, o controlo e a vigilância do espaço aéreo nacional, assegurar uma capacidade de transporte aéreo tático e a participação em missões no âmbito dos compromissos internacionais e de interesse público de Moçambique. Porém, o abandono da cooperação da União Soviética conduziu à degradação da capacidade operacional dos seus meios e infraestruturas.

O dispositivo existente constituído pelas Bases Aéreas de Mavalane (Maputo), da Beira e de Nacala baseia-se nas infraestruturas deixadas pelos portugueses e mostra-se adequado para satisfazer as necessidades Moçambicanas nesse domínio.

Relativamente aos equipamentos, verifica-se que a prioridade tem sido atribuída à reabilitação dos equipamentos existentes, através de contratos com empresas internacionais da Roménia para os MIG-21 e a aeronave de instrução avançada L-39 e a República Federativa da Etiópia para os helicópteros MI-8T.



No que diz respeito à formação, a CTM portuguesa tem sido fundamental para o aperfeiçoamento da FAM, através dos projetos de cooperação relativos à formação dos pilotos na AMMSM e, posteriormente, na EPA. De igual modo, a ESFA vem conduzindo a formação de Técnicos de Manutenção de aeronaves, MMA, MME e controladores de Tráfego Aéreo.

Confirmámos neste capítulo a H2, na medida em que durante o período de 1994 a 2013 as necessidades de defesa de Moçambique foram satisfeitas num contexto de paz e de colapso da União Soviética, que abriu caminho à cooperação internacional, com especial preponderância para as relações com Portugal, permitindo a reorientação das opções de escolha das linhas de ação estratégica nos domínios do Dispositivo, dos Equipamentos e da Formação do pessoal da FAM. Obtemos, assim, resposta para a QD2, afirmando que as necessidades de defesa do país no período em análise foram satisfeitas.



3. O ajustamento da Força Aérea de Moçambique no período 2013-2020: paradigma de desenvolvimento.

Moçambique ocupa uma posição geostratégica importante na África Austral, facto que contribui para a sua prosperidade, mas também para a instabilidade política que o país viveu em muitos momentos da sua história. De facto, existe um conjunto de fatores que podem influenciar na decisão operativo-militar relacionado com a localização geográfica do território nacional, composto por um elemento fundamental situado ao longo do Oceano Indico, ocupando uma vasta extensão costeira que confere ao país um atributo de posição invejável para o interior, o que não deve ser descurado.

Os espaços estratégicos de interesse nacional permanente e conjuntural, constituem espaços vitais para o exercício da soberania nacional, cuja defesa é prioritária para o país e apelativa para os países vizinhos. Com efeito, o espaço estratégico de interesse nacional permanente é cruzado por numerosos cursos de água navegáveis que ligam uma boa parte do espaço continental. Os países vizinhos de Moçambique dependem, em termos de rotas de comunicação marítima, do Oceano Indico, cuja maior parte da costa é ocupada por Moçambique. Portanto, a costa moçambicana constitui a via principal para a ligação entre aqueles países e o mundo no transporte de grande parte das mercadorias, sendo ainda por mar que o país realiza cerca de 90% do seu comércio.

Neste contexto, as posições Moçambicanas são fundamentais para apoio e defesa das principais linhas de comunicação necessárias ao reabastecimento da região da África Austral, bem como as prováveis ações conduzidas através do Oceano Indico para países do *hinterland*; para apoio a operações humanitárias e de manutenção de paz a realizar na costa do Oceano Indico; para vigilância e controlo das aproximações à entrada Oriental da África Austral; para apoio logístico e operacional às ações no âmbito da SADC e ainda para apoio logístico e operacional às ações no âmbito de acordos bilaterais entre Moçambique e seus vizinhos.

Nesta lógica, justifica-se uma reflexão sobre a necessidade de rever o atual dispositivo em função da dimensão do país que cobre uma superfície de 799.380 quilómetros quadrados, dos quais 786.380 quilómetros quadrados constituem terra firme e 13.000 quilómetros quadrados são de águas interiores, com uma fronteira terrestre com uma extensão de 4.330 quilómetros e um comprimento da linha da costa de 2.515 quilómetros banhada pelo Oceano Indico.



a. Desafios e oportunidades colocados à Força Aérea de Moçambique.

Decorrente da análise sobre as ameaças e riscos à segurança e aos interesses nacionais e tendo em conta a importância geoestratégica de Moçambique, a missão genérica das FADM, resultante das disposições estabelecidas na legislação em vigor é, fundamentalmente, de assegurar que a componente militar garanta:

Segundo as missões das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (MIFA) “a independência nacional, a integridade territorial e a segurança dos cidadãos contra qualquer agressão armada externa. Considerando o momento atual o funcionamento das FADM deve ser, sobretudo, dirigido constantemente para se manterem preparadas para fazer face a qualquer tipo de agressão ou ameaça externas, mantendo a capacidade operacional do sistema de forças” (MIFA, 2010).

Um FADM modernas devem ser relevantes pela competência, prontas pela capacidade de atuar, flexíveis pela capacidade de inovar e de se adaptarem, coesas pela solidez dos valores e prestigiadas pela utilidade e eficácia. De acordo com esta visão, todas as opções futuras no âmbito da estratégia genética, da estratégia operacional, do sistema de forças e do dispositivo, ficarão subordinadas a um nível de ambição que, no seu limite, deverá ser capaz de assegurar a necessidade de um modelo de FADM em função da grandeza territorial do país. Tal modelo deve assentar em estruturas estáticas com capacidades dimensionadas e estruturadas de acordo com possibilidades efetivas, suscetíveis de permitirem projetar forças e disporem de mobilidade estratégica, operacional e tática.

Para a política da defesa nacional de Moçambique é fundamental a existência de uma Força Aérea permanente, moderna e eficaz, capaz de crescer por mobilização em consonância com as disponibilidades dos recursos humanos e económicos, adequada à realidade social nacional, diretamente responsável pela componente aérea de defesa militar e apta a intervir em qualquer parte do território de Moçambique. Em síntese, Moçambique deverá ter uma Força Aérea versátil, adequada, mais eficaz, que reflita igualmente, uma capacidade efetiva de garantir os compromissos nacionais do Estado, numa época em que a segurança se apresenta internacionalmente cada vez mais importante.

A Força Aérea constituirá, assim, um corpo gerador de forças, através de diversificadas atividades de recrutamento, instrução, apoio e treino, sem prejuízo da manutenção de um sistema de forças permanente, que deve possuir uma grande mobilidade, prontidão e flexibilidade e com capacidade de crescimento.



A FAM deve apostar em **primeiro lugar** na formação dos seus recursos humanos, pois esta deve ser vista como uma intervenção integral no indivíduo, pelo que deve ser suficientemente alargada e diversificada de forma a promover a flexibilidade intelectual, o sentido crítico à abertura, à cultura e à responsabilidade social. Para além do conhecimento técnico-científico necessário ao exercício de uma profissão, os jovens licenciados devem possuir igualmente um conjunto de competências importantes tais como: i) A capacidade de estabelecer e manter a comunicação; ii) O trabalho em grupo; iii) O sentido e assunção da responsabilidade; iv) A iniciativa; v) A capacidade para tomar decisões e assumir riscos; vi) O espírito profissional; vii) O sentido de competência e de servir a comunidade.

O sistema de formação dos oficiais das FADM contempla uma licenciatura em Ciências Militares com a duração de cinco anos letivos, o curso de formação, o curso de promoção a capitão, o curso de promoção a oficial superior, o curso de Estado-Maior conjunto ou combinado, o curso superior de comando e direção e o curso de promoção a oficial general, a par de várias outras formações de especialização. A licenciatura é efetuada na AMMSM ou em Academias Militares de outros países amigos.

O atual sistema de recrutamento para a AMMSM e para a ESFA é efetuado através de anúncios, publicados nos órgãos de comunicação social e assenta no voluntariado de jovens que se candidatam. Após a realização das provas de aptidão, os melhores candidatos são selecionados para frequentarem os cursos no exterior do país.

O curso tem uma duração de cinco anos, sendo quatro letivos e um ano de tirocínio. Concluído o curso de licenciatura em Ciências Militares, na especialidade correspondente, o jovem entra no quadro permanente (QP). Durante a sua carreira, o oficial terá uma formação contínua, como previsto no Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), até atingir o topo de hierarquia.

Para os jovens que se candidatam à ESFA, o curso tem a duração de três anos, sendo o último de prática.

Existem em Moçambique cinco estabelecimentos militares de ensino, onde se formam oficiais e sargentos do QP, que depois de ingressarem nas FADM, fazem primeiro os treinos básicos nos Centros de Treinos Básicos, instalados em três zonas do país (norte, centro e sul). Concluídos os treinos básicos, os jovens são selecionados e distribuídos pelos Ramos de acordo com as necessidades destes, obedecendo ao plano previamente elaborado pelo Departamento de Doutrina e Formação do Estado-Maior-General.

O **Departamento de Doutrina e Formação** é o órgão responsável por assegurar a



conceção e execução de atividades referentes à instrução e formação nas FADM com competências de: i) elaborar e difundir normas e diretivas que determinem e orientem as ações a desenvolver no âmbito de instrução e formação; ii) participar na elaboração de estudos e planeamentos de Estado-Maior relativos à instrução e formação; iii) supervisionar a elaboração de manuais, normas técnicas e regulamentos, nas matérias respeitantes às atividades de instrução e formação; iv) coordenar e superintender, no seu âmbito, a execução dos planos e programas anuais de instrução e formação relativos aos centros de instrução e aos estabelecimentos de formação militar; v) estabelecer e manter, de acordo com as diretivas superiores, contactos externos com outras entidades militares civis, nacionais e estrangeiras, no âmbito da instrução e da formação militar e académica; vi) estudar, planear e propor as normas para frequência de cursos em países estrangeiros, destinados a militares das FADM. (Departamento de Doutrina e Formação, 2013).

O **Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF)** é um estabelecimento militar de ensino superior que tem por missão ministrar cursos de formação aos oficiais do QP das FADM, no âmbito científico, doutrinário e técnico, necessários ao desempenho das funções de comando, direção e Estado-Maior, ao nível dos Ramos e em forças conjuntas e combinadas, assim como no desempenho de cargos em organizações internacionais. Este Instituto tem como objetivos principais: i) Ministrar cursos de promoção, qualificação e atualização, que habilitem os oficiais para o exercício de funções inerentes aos postos de oficial superior e general; ii) Ministrar cursos e realizar estágios com vista à ampliação dos conhecimentos dos oficiais nos domínios científico, cultural e das doutrinas e técnicas militares; Promover o estudo e a investigação tendentes à permanente atualização e uniformização das doutrinas militares em conformidade com as grandes linhas da Política de Defesa Nacional. (Instituto Superior de Estudo de Defesa,).

A **AMMSM** é um estabelecimento militar de Ensino Superior vocacionado essencialmente para formar oficiais para o QP das FADM. No quadro das suas atribuições, desenvolve atividades de ensino, investigação e de apoio à comunidade. A AMMSM realiza cursos de qualificação, atualização ou especialização de interesse para as FADM e ministra cursos de preparação a licenciados e bacharéis admitidos por concurso para o QP, com vista a dotá-los dos conhecimentos técnico-profissionais necessários ao exercício das funções da classe e do quadro especial a que se destinam. (Academia Militar Marechal Samora Machel,).

A **Escola Prática de Serviços (EPS)** é um estabelecimento militar de formação prática de nível Superior e Técnico Médio Profissional, vocacionado para ministrar tirocínios, está-



gios e cursos de formação, promoção e qualificação nas áreas de Engenharia, Administração (Militar, Aeronáutica e Naval), Manutenção de Material, Serviço Técnico Geral e outros serviços superiormente determinados, para oficiais, sargentos e praças das FADM.

A EPS realiza formação para os três Ramos, nomeadamente:

- Exército - Nas especialidades de Engenharia, Administração Militar, Manutenção de Material e Serviço Geral;
- Força Aérea - Nas especialidades de Engenharia Aeronáutica e de Aeródromos, Administração Aeronáutica, Manutenção de Material e Serviço Geral;
- Marinha - Administração Naval, Engenharia de Construção Naval, Serviço Geral e Manutenção de Material.

A ESFA é um estabelecimento de ensino médio, que tem como missão formar sargentos para o QP das FADM, nas várias especialidades dos Ramos, ministrar cursos de sargentos milicianos, cursos de reciclagem e de promoção. Ao sargento formado na ESFA, é conferido o grau Técnico Médio em diversas especialidades, nomeadamente:

- Exército - Infantaria, Artilharia Antiaérea, Administração e Logística, Artilharia Terrestre e Reconhecimento;
- Força Aérea - Mecânicos de Material Elétrico e Mecânicos de Material Aeronáutico;
- Marinha de Guerra - Fuzileiros Navais e Abastecimento.

O curso de formação de sargentos tem uma duração de três anos letivos, em que no 3º ano, durante seis meses, o sargento vai estagiar numa Unidade Militar, de acordo a sua especialidade.

As atividades da Cooperação Técnico-Militar Luso-Moçambicana “Projeto 8 - Apoio à formação de sargentos” tiveram como objetivos específicos:

- O apoio conceptual, organizativo e pedagógico, para o funcionamento da ESFA;
- O apoio técnico à Direção Pedagógica, Comando, Serviços e Batalhão de Corpo de Alunos;
- O apoio técnico ao planeamento e estruturas curriculares dos cursos a ministrar, à execução dos cursos de formação de formadores, à supervisão das atividades de ensino e instrução;
- O apoio técnico para o levantamento do Plano Diretor de Infraestruturas, ao funcionamento dos cursos, à criação dos cursos de Mecânica Aeronáutica, Aviónica, Controladores de Tráfego Aéreo e Fuzileiros. (Escola Prática de Serviço.).

A **EPA** é um estabelecimento de ensino prático, que cumpre os requisitos da missão atribuídos à FAM e assertiva vontade de garantir as competências necessárias aos seus milita-



res. A FAM iniciou um processo de formação de oficiais pilotos na AMMSM, em Nampula.

Qualificar e garantir a excelência do recurso mais valioso, é seguramente a missão primária de qualquer organização. Face à necessidade de completar a formação técnica dos alunos do Curso de PILAV, após estes terminarem a sua formação teórica na AMMSM em Nampula, frequentam o tirocínio na EPA da FAM, em Maputo.

Com objetivo de garantir a qualificação elementar, básica e avançada de pilotagem, a EPA opera com as aeronaves Cessna 152 e Cessna 172 e, recentemente, foi reforçada com mais duas aeronaves de tipo Cessna FTB 337G. Adicionalmente, uma equipa de assessores portugueses veio para Maputo, para apoiar o início dos cursos de pilotagem básica e de instrutor de pilotagem em FTB, juntamente com a formação técnica de Mecânicos de MMA e MME, para apoio e manutenção dos meios aéreos operacionais da FAM.

Em 2011, a operacionalidade dos meios aéreos foi obtida, tendo sido formados 16 pilotos em aeronaves Cessna 152 e 172, dos quais parte prosseguiu a sua formação noutras aeronaves. Dos alunos que prosseguiram para o FTB, já foram formados dois pilotos, dos quais um qualificado como instrutor.

Na área de manutenção constituiu-se a primeira equipa de MMA e de MME, que se encontra em formação por forma a adquirir as noções teóricas e práticas, para garantir a operacionalidade dos meios aéreos da FAM.

Como paradigma de desenvolvimento da FAM nesta área de formação, devia-se seguir o modelo de formação da FAP na Formação de Mecânicos de Manutenção de Aeronaves encontrando-se classificados por duas categorias principais: os eletromecânicos e os eletroaviónicos e, consoante o seu posto, obviamente pertencem à classe de sargentos ou de praças.

Aos eletromecânicos compete-lhes executar as tarefas das áreas de estruturas, propulsão, sistemas hidráulico, pneumático, combustível e elétrico, enquanto nos eletroaviónicos a sua intervenção incide sobre os sistemas elétricos, rádio/comunicações e navegação.

A formação inicial de ambos inicia-se no Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (CFMTFA). No caso das praças é lecionada um conjunto de valências que lhes permitem “executar ações de manutenção de linha da frente, de rotina (pouco complexas) e auxiliar nas ações de manutenção complexas”, de acordo com o Manual de Comando do Pessoal da Força Aérea (FAP, 2011, pp 4.24 – 4.42).

Aos sargentos é ministrada uma formação com o mesmo conteúdo, mas mais aprofundada, que lhes permite “executar ações de manutenção da linha da frente, cartas de inspeção programada, correção de anomalias com recurso a *troubleshooting*, e certificação dos traba-



lhos executados” (Idem, pp 3.53 – 3.58).

A formação base confere-lhes o conhecimento generalista, uma vez colocados na Unidade passam ao curso de formação tipo da aeronave em que vão executar as tarefas de manutenção de acordo o Plano de Qualidade da Manutenção (PQM 301). Esse Curso de Instrução Teórica da Aeronave (CITA), que na aeronáutica civil é designado por “*type rating*”, é composto por uma parte teórica, em que são transmitidos os conhecimentos específicos da aeronave nas suas diversas áreas, eletromecânica e eletroaviónica, e por uma componente prática (*on job training*), onde os mecânicos treinam executando as tarefas (FAP, 2012b).

Os sargentos, após 2 anos de serviço como executantes qualificados na manutenção de uma aeronave, podem adquirir a qualificação de inspetor, que lhes confere as competências para supervisionarem os trabalhos executados ou executarem as verificações de cumprimento de conformidades (FAP, 2012c).

Adicionalmente, dever-se-á estudar juntamente com o Ministério de Educação a forma para que toda a formação ministrada nas FADM e, em particular na FAM, seja reconhecida e certificada por aquele ministério. Desta forma, as FADM poderão contribuir para a formação da camada jovem da população, dado o serviço militar ser obrigatório, possibilitando e apoiando assim o desenvolvimento do país.

Em **segundo lugar**, a FAM deve estudar, identificar e apresentar superiormente, as necessidades de novos meios aéreos e de outros equipamentos necessários para o cumprimento da missão, de forma a manter-se atualizada.

A FAM tem perante si as tarefas de preparar e manter os meios necessários para garantir a defesa, o controlo e vigilância do espaço aéreo nacional, prestar apoio às forças de superfície, de modo a garantir e manter uma situação aérea favorável, que permita a normal condução das ações das forças nacionais. Adicionalmente, deve: i) Estar em condições de organizar um sistema de DAA com meios adequados, de modo a permitir detetar e impedir a utilização do espaço aéreo nacional por meios aéreos não autorizadas; ii) Apoiar o treino das forças aerotransportadas; iii) Realizar ações de transporte de militares e materiais dentro do país e fora do território nacional, em apoio às Operações de Manutenção de Paz no âmbito da SADC, da União Africana (UA) e da ONU; iv) Realizar as missões de busca e salvamento, de evacuação sanitária, de transporte em apoio às populações em caso de catástrofe, calamidade ou acidente e apoiar as atividades de fiscalização marítima. (MIFA, 2010).

No que concerne aos compromissos internacionais, a FAM deverá ter as forças e os meios preparados para serem empregues na satisfação dos compromissos assumidos pelo Go-



verno de Moçambique, assegurando um contributo equilibrado e credível para apoiar as missões no âmbito da SADC, da UA, da ONU e da CPLP, ou que venham a ser decididas pelos órgãos competentes da soberania nacional com o objetivo de preservar a paz e a segurança internacional.

A visão prospetiva da FAM deve assentar numa lógica de continuidade, de valores e ambições impregnados por uma cultura institucional.

Em **terceiro lugar**, a FAM deve rever o seu atual dispositivo de forças, o qual, em nossa opinião, deverá ter as localizações e equipamentos seguintes:

- Base Aérea de Mavalane (Maputo) - Equipar com aviação de transporte (asa fixa e rotativa), helicópteros de combate, uma subunidade de Apoio Técnico-Logístico e uma subunidade de Comunicações;

- Base Aérea da Beira - Equipar com aviação de combate (asa fixa e rotativa), helicópteros de transporte, uma subunidade de Apoio Técnico-Logístico e uma subunidade de Comunicações;

- Base Aérea de Nacala (Nampula) - Equipar com aviação de combate, uma subunidade de Apoio Técnico-Logístico e uma subunidade de Comunicações;

- EPA localizada na cidade de Maputo, equipar com aviação ligeira para instrução e de ligação.

Será desejável a criação de Aeródromos Base em: i) Mueda, na província de Cabo Delgado; ii) Dindiza, na província de Gaza; iii) Fingoè, na província de Tete, e equipá-los com aeronaves (asa fixa e rotativa) de combate e de transporte, uma subunidade de Apoio Técnico, Aeródromo e uma subunidade de Comunicações;

Dever-se-á também reabilitar as pistas de Marrupa, Mutarara e de Chitima, para servirem de Aeródromos de Manobra e equipá-los com os meios de apoio necessários para o seu funcionamento.

Relativamente às Unidades e Subunidades da DAA, dever-se-á estudar novas localizações, dado que os locais onde atualmente se encontram não correspondem ao atual cenário económico, social e militar do país, pelas razões seguintes:

- i. Ineficácia do controlo efetivo do espaço aéreo nacional pelas autoridades militares, havendo nalguns casos indícios de sobrevoos clandestinos ao longo das fronteiras e fraca capacidade para garantir as operações de segurança de voos;
- ii. O crescimento das zonas urbanas reduziu a capacidade de cobertura mútua de vigilância e de fogo.



- iii. O crescimento das cidades atinge as atuais posições das unidades da DAA, fazendo com que estas percam a razão da sua permanência naqueles lugares.

Pelo anteriormente exposto, julga-se haver necessidade de atualizar o dispositivo do Ramo para que este possa garantir a defesa, o controlo do espaço aéreo e assegurar uma capacidade de transporte aéreo tático.

b. Desenvolvimento de novas capacidades

O desenvolvimento de novas capacidades para a FAM, deverá ser efetuada de forma progressiva e controlada, investindo em Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) necessárias para ter um Comando e Controlo (C2) eficaz e funcional, que ajudem o comandante da FAM na tomada de decisão.

O sistema de C2 deve ser entendido como um conjunto que contempla o pessoal, a gestão da informação, os procedimentos, os equipamentos e as infraestruturas essenciais para o comandante planear, executar e avaliar as operações.

Em qualquer atividade desempenhada pelo sistema está sempre subjacente ação humana (Carreira, 2004).

Um sistema de C2 deve integrar sistemas de vigilância, de deteção e armamento, para poder dar resposta a uma ameaça, devendo estar coordenada com as entidades militares, civis e da Administração Estatal e permitir a tomada de decisão ao nível superior em tempo real e oportuno, convertendo os dados da situação aérea em inteligência de ação. O dispositivo de C2 deverá possuir os seguintes níveis:

- i. Nível estratégico - Compreenderá um Centro Nacional de Operações (CNO) com a função de recolher, analisar e processar informações sobre a situação aérea geral e atribuir tarefas aos órgãos subordinados em tempo real e oportuno. Este centro deverá funcionar junto ao comando da FAM.
- ii. Nível operacional - Deverá ter três centros regionais (norte, centro e sul) de operações com funções de receberem as tarefas do CNO.
- iii. Nível tático - Deve ser constituído pelos Postos de Comandos das unidades da FAM, nomeadamente pelas esquadras de aviação, subunidades táticas de mísseis e agrupamentos de Artilharia Antiaérea, bem como as unidades de deteção.

Para a FAM é importante possuir sistemas de Informação e de Comunicação. Nas últimas décadas, verificou-se um grande desenvolvimento tecnológico, nomeadamente na área das TIC.



As interações entre a evolução tecnológica e as organizações têm sido evidentes, tentando estas acompanhar o desenvolvimento tecnológico, por forma a manterem-se competitivas e sustentáveis. As TIC apresentam-se como um desafio e, simultaneamente, como uma oportunidade de mudança para o funcionamento das organizações. A FAM não pode ficar indiferente e deverá investir em recursos tecnológicos, de forma a obter as capacidades necessárias para o cumprimento da missão.

A FAM deverá ter um carácter eminentemente projetável, com elevado grau de interoperabilidade com outras forças nacionais e multinacionais, sustentada na utilização de equipamentos que integram novas tecnologias, servida por um sistema de C2, também projetável, adequado aos diferentes ambientes operacionais, bem como uma logística baseada numa estrutura modular que facilite processos de ativação expeditos.

A evolução verificada nas últimas décadas ao nível da informatização e automatização de tarefas nas organizações conduziu ao desenvolvimento de Sistemas de Informação vocacionados para áreas específicas, que interagem entre si e que devem atingir um nível elevado de integração, partilhando dados e, conjuntamente, contribuindo para os objetivos estratégicos definidos pela organização.

A capacidade de transporte aéreo é fundamental para a FAM e para o país, para apoiar, projetar e evacuar as forças de superfície em ambiente terrestre e marítimo, em quaisquer condições meteorológicas.

A capacidade de instrução é outra das componentes importantes que a FAM deve investir, para o Ramo ter um futuro apoiado.

Atendendo à especificidade das missões da FAM, a formação do pessoal navegante, deverá obedecer a critérios rigorosos em termos qualitativos e quantitativos, sendo necessário obter, de forma faseada, aeronaves modernas para efetuar a instrução.

Nesta área da instrução é também necessário criar na organização uma forma de controlar a avaliação do pessoal navegante, sendo por isso necessário o apoio da FAP.

As capacidades de vigilância e deteção são outras áreas em que a FAM deve investir, nomeadamente em aeronaves e radares.

A capacidade de DAA deve, necessariamente, ser adequada para responder às exigências atuais, devendo-se para o efeito estudar e identificar soluções que contribuam para a modernização dos sistemas de DAA do país.

Tendo em consideração o que se referiu, o dispositivo ficaria organizado da seguinte maneira:



Base Aérea de Mavalane - situada na cidade Maputo, na província do mesmo nome, no sul do país.

Base Aérea da Beira - localizada na cidade da Beira, na província de Sofala, no centro do país.

Base Aérea de Nacala - localizada na cidade de Nacala, na província de Nampula, na zona norte do país.

Aeródromo Base de Dindiza - a localizar no distrito de Xigubo, na província de Gaza, na zona sul do país.

Aeródromo Base de Fingoè - a localizar no distrito de Fingoè, na província de Tete, na zona centro do país.

Aeródromo Base de Mueda - a localizar no distrito de Mueda, na província de Cabo Delgado, na zona norte do país.

Escola Prática de Aviação (pilotagem) - localizada na cidade de Maputo, na província do Maputo, na zona sul do país.

Escola Prática de Formação Técnica de Aviação - a localizar na cidade da Beira, província de Sofala, na zona centro do país.

Batalhão Independente da Artilharia Antiaérea - localizada na cidade de Maputo, província do mesmo nome, na zona sul do país.

Batalhão Independente de Artilharia Antiaérea - situado na cidade da Beira, na província de Sofala, na zona centro do país.

Batalhão Independente de Artilharia Antiaérea - a localizar na cidade de Pemba, na província de Cabo Delgado, na zona norte do país.

Batalhão Independente de Artilharia Antiaérea - a localizar em Lichinga, na província do Niassa, na zona norte do país.

Escola Prática da Defesa Antiaérea - a localizar em Quelimane, na província da Zambézia, na zona centro do país.

Batalhão Independente da Rádio Técnica - situado na cidade de Maputo, na província de Maputo, na zona sul do país.

Batalhão Independente da Rádio Técnica - situado na cidade da Beira, província de Sofala, na zona centro do país.

Batalhão Independente da Rádio Técnica - a localizar na cidade de Lichinga, província do Niassa, na zona norte do país.



Batalhão Independente da Rádio Técnica - a localizar na cidade Nacala, na província de Nampula, na zona norte do país.

Neste contexto, de modo sintético, no que diz respeito ao dispositivo, a FAM deve adotar o conceito de localização de Bases Aéreas, Aeródromos Bases e Escolas Práticas que constam na figura nº 9.

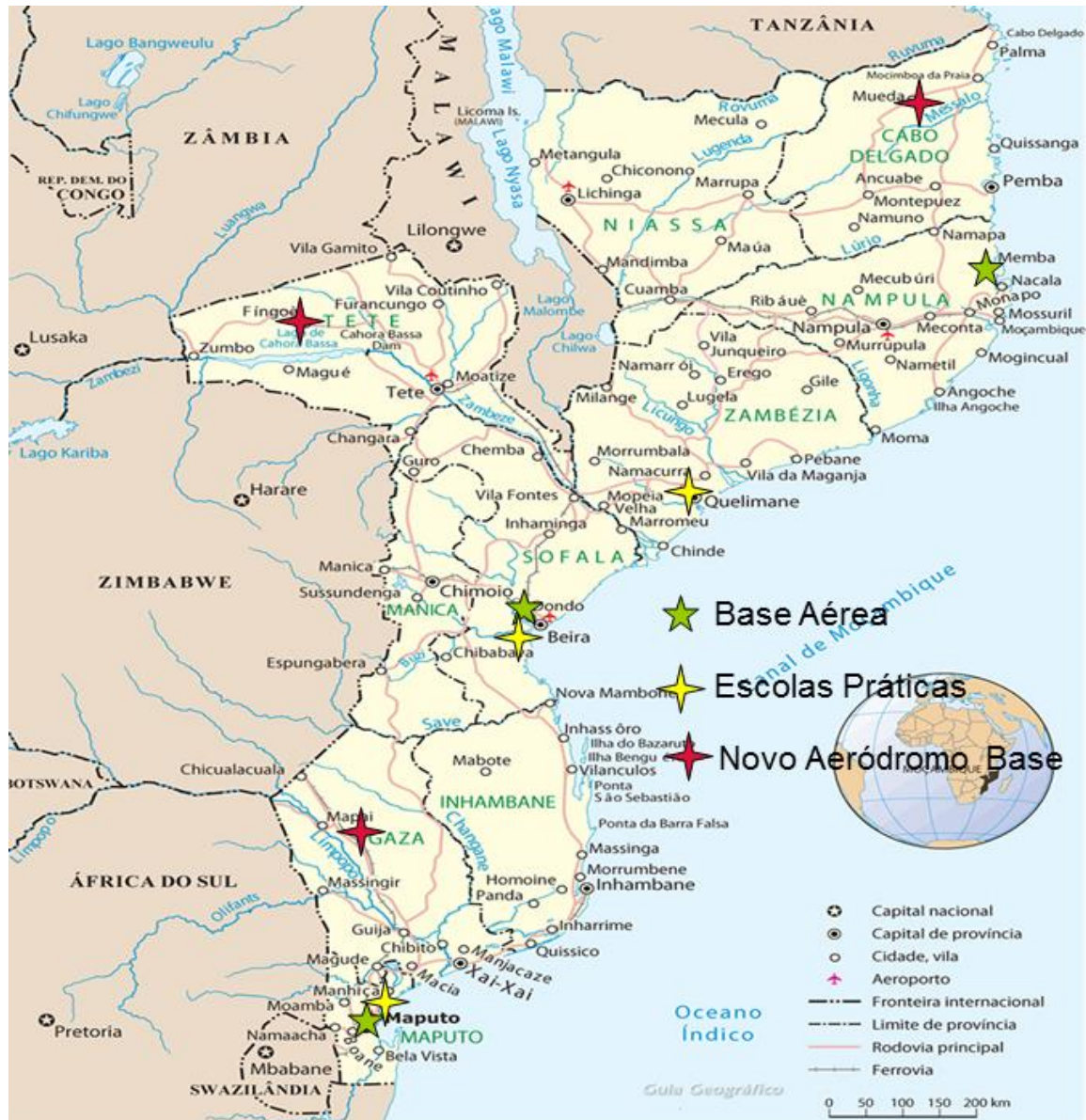


Figura nº 9 – Dispositivo com novas infraestruturas propostas.
Fonte: (Autor, 2014)

No que respeita aos novos equipamentos para que a FAM cumpra integralmente as suas obrigações, deverá ter em conta as atribuições que constam nas MIFA e que são:



- Preparar e manter as forças e meios necessários para garantir a defesa, o controlo e a vigilância do espaço aéreo nacional;
- Prestar apoio às forças de superfície, garantindo a manutenção de uma situação aérea favorável que permita a normal condução das ações de forças amigas;
- Organizar um sistema de DAA do país que permita detetar e impedir a utilização do espaço aéreo nacional por entidades não autorizadas;
- Participar no treino das forças aerotransportadas;
- Realizar o transporte de militares e de material dentro do país e, quando necessário, fora do território nacional em apoio às operações de manutenção de paz no âmbito da SADC, da UA e da ONU;
- Realizar ações de busca e salvamento, efetuar operações de evacuação em caso de catástrofe, calamidade ou acidente e apoiar a atividade de fiscalização marítima.

Para tal, a FAM deve reequipar-se da seguinte maneira:

- Aviões e Helicópteros de combate;
- Aviões e Helicópteros de transporte;
- Aeronaves de Vigilância e Patrulhamento Marítimo de longo alcance (do tipo P3);
- Aeronaves de Vigilância e Patrulhamento Marítimo de médio alcance (do tipo C295);
- Avionetas ligeiras de instrução e ligação;
- Radar de Costa de médio e longo alcance;
- Radar de Vigilância de médio e longo alcance;
- Radar de ajuda à Navegação;
- Complexo de Mísseis Antiaéreos de pequeno e médio alcance;
- Sistema de Artilharia Antiaérea de pequeno e médio alcance.

c. Síntese conclusiva

Face aos atuais desafios que se colocam à FAM no mundo globalizado em que as ameaças e riscos à segurança nacional e aos interesses do Estado são imprevisíveis, num país com elevado e sustentado crescimento económico, exige-se do governo de Moçambique uma definição clara das linhas de ação estratégica nos domínios do dispositivo dos equipamentos e da formação do pessoal que assegurem à FAM o incremento dos níveis de eficiência para os próximos anos.



Atribuir as missões, adotar capacidades e meios necessários para o cumprimento integral das suas atribuições, deve-se perspetivar numa lógica de continuidade de valores e ambições por uma cultura institucional específica, apostando grandemente na formação dos seus recursos humanos, considerando que a formação é o elemento chave e integral no indivíduo, pelo que deve ser largamente diversificada, por forma a promover competências e conhecimento técnico científico necessário no cumprimento e desempenho de funções.

A FAM, servindo-se das capacidades e meios disponíveis deverá garantir a realização de atividades de interesse público, para o que necessita de estabelecer uma rede informacional que integre os dados de todos os sensores civis e militares, ou seja, imagens e dados recolhidos em voo pelas aeronaves, navios e radares de vigilância para a satisfação das necessidades de busca e salvamento, evacuação sanitária, socorro em caso de catástrofe, calamidade natural e apoiar a atividade de fiscalização marítima.

No que diz respeito ao dispositivo, a FAM deve adotar o conceito de localização de Bases Aéreas, Escolas Práticas da Aviação e Aeródromo Base, que consta na figura nº 9.

Relativamente aos equipamentos, a FAM deverá reequipar-se com aeronaves de asa fixa de transporte e de combate, aeronaves de asa móvel de transporte e de combate; complexo de mísseis antiaéreos de médios e pequenos alcances, sistemas de artilharia antiaérea de médio e pequeno alcance; radares de vigilâncias (aéreo e da costa) de longo, médio e curto alcances e radar de ajuda à navegação.

Em relação à formação, o modelo que se aplica nas FADM em geral, e na FAM especialmente é adequado, necessitando apenas de algumas melhorias no que diz respeito à formação dos oficiais. Quanto à formação de sargentos e praças da FAM deveria se privilegiar e adotar o modelo da formação da FAP nestas classes como paradigma de desenvolvimento do Ramo, cooperando cada vez mais com países com experiência acumulada nesta área com preponderância para Portugal e Brasil.

Verificamos neste capítulo a H3, na medida em que o dispositivo a adotar, a capacidade de manutenção dos equipamentos conjugados com aquisição de novos meios, a formação do pessoal navegante e técnico da Aviação e da DAA que compõem a FAM são essenciais e dependem das sinergias resultantes da CTM. Obtivemos assim, a resposta para a QD3, afirmando que os equipamentos existentes e aqueles que serão adquiridos, o dispositivo e a formação serão determinantes para a capacidade de resposta da FAM às necessidades de defesa do país.



Conclusões

No início da década de oitenta, os estudantes Moçambicanos formados nas Academias militares de países do Pacto de Varsóvia e Cuba, regressaram ao país e formaram as Unidades Aéreas e da DAA, que durante os 16 anos da guerra civil em Moçambique participaram ativamente na defesa da soberania, no apoio humanitário e na evacuação sanitária.

Em 1994, à luz de Acordo Geral da Paz, foram criadas as FADM em que as forças governamentais e do movimento da guerrilha se juntaram, formando um Exército único apartidário que obedece ao poder político democraticamente eleito. Estas mudanças políticas aconteceram num momento em que a URSS estava a implementar as suas reformas sociais, políticas e económicas, razão pela qual deixou de apoiar técnica e militarmente os ex-países de orientação socialista. A FAM passou por uma fase de desenvolvimento técnico e de recursos humanos menos boa, caracterizada pelo corte de fornecimento de equipamento, peças sobressalentes de material aeronáutico e equipamento da DAA. Deste modo toda a atividade aérea militar ficou paralisada. Aliado a este facto houve desmobilização massiva do pessoal técnico e navegante e, conseqüentemente, houve a desarticulação de estrutura de apoio operacional e logístico e a componente técnica ficou inoperacional.

Neste momento, com os projetos em curso de recuperação económica do país, vislumbra-se a hipótese e indispensável possibilidade de o governo de Moçambique alocar recursos que possibilitem a devolução de operacionalidade aos atuais equipamentos, aquisição de novos e modernos equipamentos e escolha de parceiros com os quais poderá desenvolver a modernização tecnológica. Estas ações devem ser acompanhadas com a indispensável formação dos recursos humanos, sem o que todo o esforço de recuperação dos meios ficará afetado, assim como o dispositivo a adotar tendo em conta a satisfação das necessidades de defesa de Moçambique.

Apontam-se como desafios do futuro próximo dotar a FAM, de forma faseada, com equipamentos para cumprir a sua missão. Estes equipamentos incluem a aquisição de aeronaves de asa fixa para o transporte e evacuação sanitária, transporte aéreo e projeção de forças. Dever-se-á garantir, também, à medida do possível, a aquisição de aeronaves ligeiras para treino e ligação para cumprir missões de instrução de pessoal navegante e ligação aérea em conformidade com suas capacidades. É necessário que se adquiram aeronaves de asa móvel (helicópteros) de transporte e evacuação para cumprir missões de vigilância de longo raio de ação e de fiscalização da zona económica exclusiva.



Para alcançar aquilo que é ambição da FAM nos próximos tempos, é preciso que se criem condições para se atingir um alto nível de formação profissional, o completamento orgânico, garantir o apoio logístico, reabilitar e construir novas infraestruturas aeronáuticas. Outro aspeto muito importante que pode ajudar a FAM a operacionalizar-se é a CTM com Portugal que começou em 2009 para apoiar a FAM através do projeto 8, na formação dos técnicos de manutenção de aeronaves e se desenvolve, desde 2011, com o Projeto 12-FAP.

Com o programa-quadro em vigor, implementou-se pela primeira vez a nível da CTM, um programa específico para o Ramo da FAM, o qual pretende continuar a apoiar a formação de PILAV, MMA, MME e Controladores de Tráfico Aéreo, assim como toda a parte de Comando e Estado-maior da FAM. Para além destas assessorias foram desenvolvidas assessorias nas áreas da seleção psicotécnica e medicina, medicina aeronáutica e segurança de voo.

Tendo presente o OG desta investigação, consideramos que o percurso metodológico seguido proporcionou a sua concretização, permitindo-nos, agora, a resposta à nossa QC identificando as linhas de ação estratégica a serem desenvolvidas pela FAM, para incrementar os níveis de eficiência no período de 2014-2020 nos domínios do Dispositivo, dos Equipamentos e da Formação do pessoal, que a seguir se apresentam:

– **Dispositivo:**

- Estabelecer as Bases aéreas de Maputo, Beira e Nacala;
- Criar duas Escolas Práticas da Aviação (Pilotagem) e de Formação Técnica na cidade de Maputo, e na cidade da Beira, respetivamente;
- Criar três aeródromos base, sedeados em Dindiza, Fingoè e Mueda, nas Províncias de Gaza, Tete e Cabo Delgado, respetivamente.

– **Equipamento:**

- Adquirir aeronaves de asa fixa de transporte e de combate, aeronaves de asa móvel de transporte e de combate, destinadas a cumprir missões de transporte aéreo e projeção de forças, bem como missões de fiscalização da zona económica exclusiva e de Defesa Aérea;
- Adquirir aeronaves de asa móvel (helicópteros) de transporte e evacuação para cumprir missões de vigilância de longo raio de ação, de fiscalização da zona económica exclusiva e de apoio à população;
- Adquirir mísseis antiaéreos de médio e curto alcance e Sistemas de artilharia antiaérea de médio e curto alcance para defesa de pontos sensíveis integrado no sistema de Defesa Aérea;



- Adquirir radares de vigilâncias (aéreo e da costa), de longo, médio e curto alcances e radar de ajuda à navegação, destinados a garantir a vigilância do espaço aéreo nacional e apoiar a aviação comercial e civil.
- **Formação:**
 - Aperfeiçoar o modelo de formação de oficiais;
 - Adotar o modelo de formação da FAP para as classes de sargentos e praças da FAM;
 - Incrementar a cooperação internacional, com preponderância para Portugal e Brasil, tendo em consideração a língua comum.

Os contributos desta investigação para o conhecimento decorrem da análise integrada realizada aos domínios do Dispositivo, dos Equipamentos e da Formação do pessoal, tendo-se, através dela, encontrado possíveis contributos, materializados nas medidas já referidas, para a resolução do problema consubstanciado na nossa QC. As medidas globalmente apresentadas, poderão constituir-se como o fulcro de planos de ação para o aperfeiçoamento da FAM de modo a capacitá-las para uma resposta mais eficaz às necessidades do país.

Terminamos este trabalho de investigação, formulando como proposta de linha de investigação futura no âmbito do estudo da FAM, a análise dos Recursos Humanos necessários para atingir níveis de excelência em todos os domínios de atuação da FAM e o financiamento necessário para o seu reequipamento.



Bibliografia

- Bertelsmann S, 2012. *BTI 2012 — Mozambique, Country Report*. [Em linha] Disponível em: <http://www.bti-project.org/fileadmin/Inhalte/reports/2012/pdf/BTI%202012%20Mozambique.pdf> [Consult. 28 Mar. 2014].
- Bruck, T, 1998. *Análise Social*, vol. xxxiii (149). [Em linha]. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221844645N4_pcj4py_o_Bk_o_IF4.pdf [Conult. 30 Abril. 2014].
- Cardoso, P, 2005. *Atlas da lusofonia - Moçambique*. 1ª ed. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica e Editora Prefácio.
- Chichango, IP, 2009. *A geopolítica de Moçambique*, Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Cilliers, J, 2011. *African Futures 2050 - The next forty years*. [Em linha] Disponível em: http://www.ifs.du.edu/assets/documents/African_Futures_Project_Africa_2050.pdf [Consult. 28 Mar. 2014].
- Comando do Pessoal da FAP, 2012. *Manual de Comando do Pessoal da Força Aérea*,
- Correia, AMG, 1994. *Cooperação militar com os países de língua oficial portuguesa - participação do Exército*. Curso Superior de Comando e Direção 1993/1994 ed. Lisboa: IAEM.
- Departamento de Doutrina e Formação, 2012. *Organização superior do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Moçambique*.
- Dicionário, 2014. *Priberam*. [Em linha] Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/pan-africanismo> [Consult. 5 Mar. 2014].
- FAM, 2014. *Dispositivo da Força Aérea de Moçambique*. Estado-Maior da Força Aérea de Moçambique.
- FAP, 2011 *Manual de Comando do Pessoal da Força Aérea*. Lisboa, Estado-Maior da Força Aérea.
- FAP, 2012a. *Plano de Qualidade da Manutenção 301*. Lisboa, Estado-Maior da Força Aérea.
- FAP, 2012b. *Curso de Qualificação na Manutenção 306*. Lisboa, Estado-Maior da Força Aérea.
- FAP, 2012c. *Qualificação de Inspectores na Manutenção 302*. Lisboa, Estado-Maior da Força Aérea.



- Government, U S, 1985. *Mozambique a country study*. 5^a ed. Washington: Department of the Army.
- Governo de Moçambique, 2004. *Portal do Governo de Moçambique*. [Em linha] Disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/constituicao_republica/constituicao.pdf [Consult. 31 Mar. 2014].
- IISS, International Institute for Strategic Studies, 1994. *The military balance 1994-1995*. 1^a ed. Londres: The International Institute for Strategic Studies.
- McKinsey Global Institute, 2010. *Lions on the move*. [Em linha] Disponível em: http://www.mckinsey.com/insights/africa/lions_on_the_move [Consult. 28 Mar. 2014].
- MIFA, 2010. *Missões das Forças Armadas de Defesa de Moçambique*. Maputo. Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique
- Moreira, A, 1994. *Teoria das relações internacionais*, 3^a ed. Editora Almedina, Coimbra.
- Portal do Governo de Moçambique, 1997. *Lei n° 18/97 - Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas*. [Em linha] Disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/legisSectores/defesaSeg/lei_defesa_nacional.pdf [Consult. 31 Mar. 2014].
- Quivy, R et. al., 2005. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5^a ed. s.l.:Gradiva.
- SADC, 2006. *A comunidade para o desenvolvimento da África Austral hoje*. [Em linha] Disponível em: <http://www.sardc.net/editorial/sadctoday/portview.asp?vol=374> [Consult. 28 Mar. 2014].
- SaeR/Fernave, 2001. *Estratégia económica e empresarial de Portugal em África*. Lisboa: SaeR.
- UN - Mozambique, 2008. *UN Mozambique - Delivering as one*. [Em linha] Disponível em: <http://mz.one.un.org/eng/About-Mozambique> [Consult. 28 Mar. 2014].
- World Bank, 2010. *Economics of Adaptation to Climate Change - Mozambique*. [Em linha] Disponível em: http://climatechange.worldbank.org/sites/default/files/documents/EACC_Mozambique.pdf [Consult. 28 Mar. 2014].



Apêndice 1 – Diagrama de dedução

| QC | QD | H | Validação | | |
|--|---|---|-----------|------|---------|
| | | | Valor | Cap. | Pág. |
| Quais as linhas de ação estratégica a serem desenvolvidas pela FAM, para incrementar os níveis de eficiência no período de 2014-2020 nos domínios do Dispositivo, dos Equipamentos e da Formação do pessoal? | QD1: Em que medida o Dispositivo, os Equipamentos e a Formação do pessoal da FAM permitiram responder às necessidades de defesa do País no período de 1975 a 1994? | H1- As necessidades de defesa de Moçambique foram satisfeitas num contexto de guerra civil e num quadro mundial e regional condicionado pela Guerra Fria, que limitou as opções de escolha das linhas de ação estratégica nos domínios do Dispositivo, dos Equipamentos e da Formação do pessoal da FAM. | ✓ | 1 | 13 |
| | QD2: Em que medida o Dispositivo, os Equipamentos e a Formação do pessoal da FAM permitiram responder às necessidades de defesa do País no período 1994-2013? | H2- As necessidades de defesa de Moçambique, foram satisfeitas num contexto de paz e de colapso da União Soviética, que abriu caminho à cooperação internacional, com especial preponderância para as relações com Portugal, permitindo a reorientação das opções de escolha das linhas de ação estratégica nos domínios dos Dispositivo, dos Equipamentos e da Formação do pessoal da FAM. | ✓ | 2 | 27 - 28 |
| | QD3: Em que medida as opções de escolha da FAM nos domínios dos Equipamentos existentes e daqueles que serão adquiridos, do Dispositivo e da Formação, determinarão a sua capacidade de resposta às necessidades de defesa do País? | H3- A capacidade de manutenção dos Equipamentos existentes conjugada com a aquisição de novos meios, a Formação e o Dispositivo da FAM, recomenda que sejam aprofundadas as relações de cooperação com os Países capazes de articular as três dimensões enunciadas, de modo a maximizar as sinergias geradas pela coexistência de diferentes Equipamentos e diferentes modelos de Formação. | ✓ | 3 | 41 - 42 |